

Revista do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
da Universidade Estadual de Ponta Grossa



Pauta Geral

Estudos em Jornalismo

Volume 9 | Número 1 | 2022

ISSN: 2318-857X

Na Pauta: visibilidade, escândalo e espetacularização

É com alegria que publicamos a primeira edição de 2022 da **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo**. A publicação, realizada em meio a um processo de reestruturação da equipe responsável pelo periódico, reúne quatro estudos que abordam o fenômeno do jornalismo por uma perspectiva vinculada a noções como visibilidade, escândalo e espetacularização.

No primeiro artigo, intitulado *Ethos de resistência jornalística na imprensa alternativa durante a ditadura militar brasileira: estudo dos depoimentos em Resistir é Preciso*, Leopoldo Pedro Neto e Marcos Paulo da Silva mergulham no universo dos jornalistas que se opuseram ao regime antidemocrático que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985. Como resultado, autores avaliam que o *ethos* dos profissionais que atuaram na imprensa alternativa no período pode ser categorizado a partir de quatro aspectos: “1) Sentimento de insuficiência com a imprensa convencional; 2) Disposição contestatória; 3) Oposição à estrutura organizacional tradicional do jornalismo; e 4) Estratégias comunicacionais de enfrentamento e burla”.

Em um universo histórico cronologicamente anterior ao primeiro artigo, Clara Bezerril Câmara, em *Escândalo político à brasileira: as polarizações na CPI da Última Hora*, observa, a partir de uma análise crítica de narrativa, a cobertura contrastante dos jornais *Última Hora*, pertencente a Samuel Wainer, e *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou possíveis favorecimentos ao primeiro. Ao todo, a autora analisou 282 edições dos dois periódicos do pré-escândalo até as consequências.

Se a lógica do escândalo costuma prevalecer em várias coberturas jornalísticas, quando o assunto é segurança pública, tal premissa parece ganhar ainda mais nitidez. Nesse sentido, Máira Mendonça Cabral e Rafael da Silva Paes Henriques, em *Revisão bibliográfica de estudos acerca da cobertura jornalística das políticas de segurança pública no Brasil*, procuram, por meio de um mapeamento que separou nove estudos acadêmicos publicados no Brasil, entender quando a cobertura jornalística da violência ultrapassa o espectro do crime e debate questões ligadas a políticas públicas voltadas ao enfrentamento à violência.

Se os autores observam o rareamento de estudos que se debruçam a abordagens qualificadas do tema de segurança pública, sobretudo perspectivas que se debruçam a

políticas públicas de enfrentamento à violência, Valquíria Aparecida Passos Kneipp e Renato Ferreira de Moraes, no artigo “*O show do eu*” no *RNTV 1: quando o telespectador é e produz notícia na televisão*, ratificam no texto de encerramento da edição que, ao menos em televisão, a noção de espetáculo tende a ser reforçada mesmo em emissoras que, historicamente, se propuseram a trabalhar de modo mais metódico, engessado. Ao analisar as mudanças estéticas no telejornal *RNTV 1ª Edição*, da INTERTV - RN, afiliada da Rede Globo em Natal (RN), pautadas a partir de um contexto de protagonismo de um noticiário concorrente de gênese mais popular — o *Patrulha da Cidade*, exibido pela TV Ponta Negra, afiliada do SBT —, os autores observam que em um intervalo de dois anos, o telejornal passou por mudanças estruturais significativas, que foram desde a ampliação do tempo de exibição até o aumento de veiculação de temas ligados à violência urbana.

Desejamos uma ótima leitura.

Ethos de resistência jornalística na imprensa alternativa durante a ditadura militar brasileira: estudo dos depoimentos em *Resistir é Preciso*¹

Leopoldo Pedro Neto²

Marcos Paulo da Silva³

Resumo

O artigo pretende compreender como os jornalistas que realizaram oposição à ditadura militar brasileira (1964-1985) no escopo da imprensa alternativa se relacionaram com o campo jornalístico e com os mecanismos de repressão do período autoritário em questão. Parte-se do princípio de que esses agentes compartilhavam um *ethos* de resistência jornalística em contraposição às posições dominantes do campo. O corpus analítico é composto por seis depoimentos fornecidos ao projeto *Resistir é Preciso*, iniciativa do Instituto Vladimir Herzog. Do ponto de vista teórico, vale-se das categorias de *ethos*, campo e capital oriundas da proposta sociológica de Pierre Bourdieu. Procurou-se a partir dos relatos memorialísticos identificar categorias de análise. Infere-se que o *ethos* desses agentes pode ser analisado sob a ótica de quatro categorias: 1) Sentimento de insuficiência com a imprensa convencional; 2) Disposição contestatória; 3) Oposição à estrutura organizacional tradicional do jornalismo; e 4) Estratégias comunicacionais de enfrentamento e burla.

Palavras-chave: Campo Jornalístico. Ditadura Militar Brasileira. Imprensa Alternativa. Ethos. Resistir é Preciso.

Ethos of journalistic resistance in the alternative press during the Brazilian

¹ Uma versão preliminar do artigo foi apresentada no 19º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), realizado de forma virtual em novembro de 2021. A pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Doutorando em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: leeeoneto28@gmail.com

³ Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com estágio de doutorado-sanduíche na Syracuse University (Estados Unidos). Realizou estágio de pós-doutorado na Michigan State University (Estados Unidos) com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: marcos.paulo@ufms.br.

military dictatorship: a study of the testimonies in *Resistir é Preciso*

Abstract

The article intends to understand how journalists who opposed the Brazilian military dictatorship (1964-1985) through the alternative press maintained relationships with the journalistic field and with the mechanisms of repression of the authoritarian period in question. It is assumed that these agents shared an ethos of journalistic resistance in opposition to the field's dominant positions. The analytical corpus consists of six testimonies provided to the project *Resistir é Preciso*, an initiative of the Vladimir Herzog Institute. From a theoretical point of view, the study uses the categories of ethos, field and capital from Pierre Bourdieu's sociological proposal. From the memorialistic testimonies, we tried to identify categories of analysis. It is inferred that the ethos of these agents can be analyzed from the perspective of four categories: 1) Feeling of inadequacy with the conventional press; 2) Contesting provision; 3) Opposition to the traditional organizational structure of journalism; and 4) Communication strategies of confrontation and deception.

Keywords: Journalistic field. Brazilian Military Dictatorship. Alternative press. Ethos. *Resistir é Preciso*.

Para situar o debate

Conforme enfatiza Bernardo Kucinski (2018), o fenômeno da imprensa alternativa brasileira durante a ditadura militar (1964-1985) representa muito mais do que uma organização social de resistência; trata-se, sobretudo, de um modelo ético-político de sociedade (KUCINSKI, 2018). Entre os anos de 1964 e 1980, cerca de 150 periódicos tiveram como característica o caráter contestatório ao poder estabelecido pelos militares com apoio das burguesias nacional e internacional. Nessa conjuntura, embora possa se mapear distintas propostas editoriais e político-ideológicas no interior do fenômeno mais amplo, um conjunto de elementos encontra terreno comum nos diferentes veículos alternativos do período, notadamente a “restauração da democracia”, o “respeito aos direitos humanos” e a “crítica ao modelo econômico”, como também uma tentativa de novas formas de organização editorial-financeira (KUCINSKI, 2018, p. 11).

Ancorado no panorama histórico apresentado por Kucinski (2018) e no método da análise de relatos memorialísticos, o presente artigo – fruto de uma pesquisa mais ampla em nível de pós-graduação (PEDRO NETO, 2020) – propõe-se a compreender sob a ótica

da sociologia bourdieusiana como os jornalistas da imprensa alternativa se relacionaram com o campo jornalístico e com os mecanismos de repressão política da ditadura militar brasileira. Para tanto, volta-se ao estudo dos depoimentos dos jornalistas Elmar Bones (*Coojornal*), Maria Rita Kehl (*Movimento* e *Em Tempo*), Omar 'Matico' de Barros Filho (*Versus*), Raimundo Pereira (*Movimento*, *Amanhã* e *Opinião*) e Ziraldo Alves Pinto (*O Pasquim*), além do próprio Bernardo Kucinski (*Movimento*, *Amanhã* e *Em Tempo*), fornecidos ao projeto *Resistir é Preciso*⁴, iniciativa memorialística do Instituto Vladimir Herzog realizada entre os anos de 2009 e 2010. O critério de seleção se baseou na relevância que os jornalistas tiveram nos periódicos escolhidos a partir da ocupação de cargos proeminentes, tais como editores-chefes, cofundadores ou membros com destaque em suas disputas internas.

Quadro 1 – Relação dos jornalistas analisados

Depoimento	Jornais onde atuou	Duração do depoimento
Bernardo Kucinski	<i>Opinião, Movimento, Em Tempo</i>	2'06''59'''
Elmar Bones	<i>Coojornal</i>	2'58''55'''
Maria Rita Kehl	<i>Movimento, Em Tempo</i>	1'05''
Omar de Barros Filho	<i>Versus</i>	1'57''31'''
Raimundo Pereira	<i>Opinião e Movimento</i>	3'39''33'''
Ziraldo Alves Pinto	<i>O Pasquim</i>	38''16'''

Fonte: Quadro elaborado com base nos arquivos fornecidos pelo Instituto Vladimir Herzog.

Compreende-se, numa perspectiva bourdieusiana, que o *ethos* constitui um conjunto de disposições, de valorações e de percepções que os agentes possuem de si, como também do mundo social; trata-se de uma dimensão do *habitus*⁵, que contém a

⁴ *Resistir é Preciso* se insere no panorama mais amplo do Instituto Vladimir Herzog e de sua legitimidade em relação à discussão sobre a ditadura militar no Brasil. O projeto se propõe a recuperar a memória da resistência cultural e política da imprensa alternativa contra o regime autoritário. Em sua totalidade, a iniciativa se divide em quatro subprojetos complementares – dois livros, uma exposição e um teledocumentário homônimo, exibido pela TV Brasil –, sendo a internet sua principal plataforma de divulgação. No site www.resistirepreciso.org.br estão organizadas as principais informações sobre a iniciativa. A seção “Protagonistas Desta História” possui depoimentos e uma pequena biografia de sessenta jornalistas, intelectuais e militantes políticos que atuaram no campo jornalístico no combate à ditadura-militar. É a partir dos depoimentos concedidos ao documentarista Ricardo Carvalho e posteriormente utilizados na edição do teledocumentário que se realiza a análise empírica deste trabalho. Todavia, embora na página da iniciativa estejam disponibilizados os depoimentos editados, os mesmos foram disponibilizados na íntegra para a realização desta pesquisa. São, ao total, 38 entrevistas que variam em tempo de duração entre duas e quatro horas – totalizando 78' 24'' 16''' no geral, cerca de 78 horas ou três dias.

⁵ Por opção metodológica decorrente das limitações de espaço intrínsecas do artigo, este trabalho não irá se debruçar sobre o conceito bourdieusiano de *habitus* em sua totalidade tal como na pesquisa mais

autoimagem dos agentes e orienta tanto suas representações, como as regularidades de suas práticas (BOURDIEU, WACQUANT, 2008; BOURDIEU, 2009). No que tange à imprensa alternativa no Brasil durante a ditadura militar, a pesquisa trabalha com as definições apresentadas por Bernardo Kucinski (2018), Cicilia Peruzzo (2006) e Maria Aparecida de Aquino (1999). Em termos gerais, entende-se de antemão a imprensa alternativa como um modelo que se demarca no campo jornalístico do período em questão como alternativo à imprensa convencional – esta, de caráter liberal-empresarial⁶.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se ampara em duas etapas: 1) a primeira tem por objetivo apresentar elementos empíricos que ilustrem as relações objetivas do campo jornalístico durante a ditadura militar brasileira; e 2) a partir da análise individual dos relatos memorialísticos, busca-se aportar em categorias de análise com o propósito de entender as disposições e as representações de cada agente cujo relato memorialístico é colocado em crivo⁷. Por conseguinte, com as análises de caráter singular, realiza-se a comparação entre as categorias mobilizadas nos diferentes depoimentos com a intenção de extrair as particularidades comuns entre as distintas singularidades desses agentes.

Para efeitos analíticos, a partir dos depoimentos, foram identificadas categorias que, articuladas, visam fornecer indícios de um *ethos* de resistência jornalística no período de exceção em pauta; a saber: a) o sentimento de insuficiência com a imprensa convencional; b) a disposição contestatória; c) a oposição à estrutura organizacional tradicional do jornalismo; e d) a mobilização de estratégias comunicacionais de enfrentamento e burla.

ampla que dá origem ao trabalho, tendo em consideração que se trata de uma concepção complexa que, em termos empíricos, exige rigor metodológico e, por conseguinte, carece de espaço para sua verticalização. Opta-se, assim, por uma de suas três dimensões constituintes ao lado da *hexis* e do *eidos*: a noção bourdieusiana de *ethos*. A ideia de *ethos* enquanto conjunto de disposições e de valores de um grupo de agentes, que orienta suas auto-representações e suas visões sobre o mundo social, mostra-se mais pertinente enquanto chave-explicativa para o objeto em questão.

⁶ Ressalta-se que a categoria "imprensa alternativa" trabalhada neste texto tem sua validade operacional demarcada na historicidade dos periódicos que atuaram durante a ditadura militar brasileira. Tal constatação não invalida ou conflita com o fato de que existam outras conceitualizações contemporâneas para descrever os novos fenômenos comunicacionais e jornalísticos alternativos ao padrão dominante – o que também é não raramente denominado de "jornalismo alternativo". Ver: Figaro (2018)

⁷ Opta-se no artigo pelo recorte das categorias particulares sistematizadas a partir dos relatos memorialísticos estudados. Em razão das limitações de espaço do artigo, as análises e as categorias das trajetórias singulares não serão objeto específico de análise. Um estudo verticalizado dos depoimentos de cada agente selecionado pode ser conferido em: Silva e Pedro Neto (2021); Pedro Neto (2020).

Em um vértice conceitual, no que tange ao tensionamento praxiológico entre objetividade e subjetividade inscrito nas análises, entende-se que as relações entre agentes jornalistas na ditadura militar brasileira são permeadas por uma memória coletiva na qual as vivências do passado constroem um sentido de unidade entre grupos (HALBWACHS, 2006). Nesse sentido, argumenta Maurice Halbwachs (2006):

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos conosco sempre em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Esses relatos memorialísticos subjetivos socializados estão estruturados nas condições sociais do campo jornalístico e podem ser compreendidos como modos de ser e estar no mundo social, sistematizados pela teoria bourdieusiana como um *ethos*, “um aprendizado determinado de regularidades objetivas” responsável por orientar as condutas práticas dos agentes (BOURDIEU, 2013, p. 55). Entende-se que as regularidades desses agentes no campo enquanto história vivida constituem memórias que legitimam um *ethos* de resistência jornalística à ditadura militar brasileira – memórias, estas, apreendidas nos depoimentos analisados (HALBWACHS, 2006; BOURDIEU, 2013; KUCINSKI, 2018).

9

A imprensa alternativa no campo jornalístico durante a ditadura

No horizonte desta pesquisa, para se discutir como o grupo de agentes estudados é condicionado por um *ethos*, mostra-se importante refletir sobre as relações mais amplas do campo jornalístico como espaço estruturado e estruturante de trocas simbólicas. Para Bourdieu (2009; 2019), um campo é metodologicamente uma ferramenta de construção de pesquisa que tem por objetivo compreender as relações de poder, de dominação e as práticas de um conjunto de agentes e instituições. Operar com a categoria em questão implica, assim, a mobilização de um pressuposto analítico de fundo: todo campo social é um campo de forças, no qual diversos agentes dotados de um *quantum* de capital disputam pela manutenção (ortodoxia) ou subversão (heterodoxia) das regras legitimadas.

Compreende-se, nesse ínterim, o campo jornalístico como um espaço próprio de disputas de interesse entre outros campos devido ao seu capital simbólico de difusão pública de informações (BOURDIEU, 1997). Todavia, nas especificidades do processo de economia das trocas simbólicas da sociedade brasileira durante a ditadura militar, a representação crítica da realidade operada pelo jornalismo, calcada na credibilidade de seu capital simbólico e responsável por nomear e tornar públicos acontecimentos, ancorava-se historicamente na contramão dos interesses do projeto de desenvolvimentismo capitalista autoritário liderado pelos militares brasileiros a partir de 1964 com apoio das burguesias nacional e internacional (MELLO; NOVAIS, 1998; NAPOLITANO, 2018; KUCINSKI, 2018).

Nesse panorama, o campo jornalístico nacional, a partir da década de 1970, passou a sofrer com a censura sistemática e muitos jornais se aparelharam ao projeto de poder dominante. Embora nos primeiros anos da ditadura, entre 1964 e 1968, a censura à imprensa ainda não tivesse adquirido o caráter sistemático que passou a ter após o AI-5, uma das principais tensões no campo jornalístico voltou-se ao fechamento de espaços públicos, como a imprensa, as universidades e as artes. Kucinski (2018) reitera o aparelhamento da imprensa convencional à lógica do regime: “Estabelecida a relação de complacência recíproca entre o regime e as empresas jornalísticas, não foi preciso generalizar a censura prévia como instrumento de controle da informação” (KUCINSKI, 2018, p. 79).

Marcos Napolitano (2018), por seu turno, argumenta que no processo de endurecimento do regime (1968-1974), ocasionado por um conjunto complexo de fatores, como a insurgência da guerrilha armada e a sua aproximação com setores do movimento estudantil e operário, um aparato sustentado no tripé vigilância-censura-repressão emergiu de maneira intensa. Define-se, aqui, a censura política no plano da imprensa escrita como o processo repressivo de caráter institucionalizado pelo Estado brasileiro com objetivos claramente políticos – ou seja, o veto da produção e da disseminação jornalística no plano coletivo calcada na contrariedade dos interesses da ditadura militar e, conseqüentemente, em sua deslegitimação no plano simbólico. Trata-se de um processo político de caráter complexo, multifacetado e não-monolítico – embora sempre demarcado pela violência simbólica – que se manifestou de diferentes maneiras em distintos veículos entre 1968 e 1978 (AQUINO, 1999; FICO, 2015; NAPOLITANO, 2018; KUCINSKI, 2018).

Por outro lado, inscritos no espaço social composto no plano da resistência cultural, junto a outros aparatos de construção simbólica que também efetuaram suas contestações, os jornalistas utilizaram a imprensa escrita como plataforma de crítica ao projeto perpetuado pelo golpe e pela conseqüente ditadura a partir de uma variedade de propostas editoriais, estéticas e de diversidade nos âmbitos regional e ideológico (AQUINO, 1999; KUCISNKI, 2018; NAPOLITANO, 2018). Peruzzo (2006) argumenta, nesse contexto, que um grupo de agentes do campo demonstrou um desalinhamento em relação ao modelo tradicional. A autora compreende as práticas alternativas em tal conjuntura como “o tipo de imprensa não alinhada à linha da mídia tradicional, então sob a batuta do regime militar no Brasil” (PERUZZO, 2006, p. 7) em um contexto histórico no qual a “maioria dos grandes jornais se alinhava à visão oficial do governo, por opção político-ideológica ou pela coerção, sob a força da censura”. Para a Peruzzo (2006, p. 7), “a imprensa alternativa representada pelos pequenos jornais, em geral com formato tabloide, ousava analisar criticamente a realidade e contestar um tipo de desenvolvimento”. Os veículos eram “dirigidos e elaborados por jornalistas de esquerda, alguns ligados à pequena burguesia, que, cansados do autoritarismo, aspiravam um novo projeto social” e tinham por objetivo “informar a população sobre temas de interesse nacional numa abordagem crítica” (PERUZZO, 2006, p. 7).

Por sua vez, Kucinski (2018) resume o significado desse modelo de imprensa: não estava ligada às políticas dominantes e servia como uma alternativa entre duas coisas reciprocamente excludentes – a ditadura militar e a imprensa convencional. Nesse sentido, o modelo se colocava como horizonte para a situação difícil do período, assim como expressava o desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970 de protagonizar as transformações sociais nas quais acreditavam. Em um cenário nacional, o fenômeno possui demarcação evidente no tempo, “como outros surtos na história do nosso jornalismo, entre os quais o dos pasquins irreverentes e panfletários do período da regência, que atingiu o seu apogeu em 1830, com cerca de cinquenta títulos” e, também, “os jornais anarquistas de operários, meio século depois (1880-1920), com quase quatrocentos títulos” (KUCISNKI, 2018, p. 19). Similarmente, nos três períodos históricos, os jornais eram dirigidos à sociedade civil assim como às classes subalternas e afirmavam posição crítica ao Estado.

As contribuições de Maria Aparecida de Aquino (1999, p. 122) se inserem na sistematização dos principais elementos da imprensa alternativa e da imprensa

convencional – uma divisão que passa a tensionar o campo jornalístico entre os anos de 1960 e 1980, com maior intensidade na década de 1970. Para a historiadora, a imprensa convencional “organiza-se em torno dos princípios do liberalismo, estruturando-se como uma empresa capitalista que pode atingir pequeno, médio e grande porte (e, nesse caso, é chamada de grande imprensa)”. Por se orientar pelo ideal liberal, esse modelo de imprensa se vale de uma “suposta defesa da imparcialidade na apuração dos fatos” e, nesse bojo, diferencia dois tipos básicos de jornalismo: o “informativo (artigos e reportagens com a presença apenas de descrição dos eventos)” e o “opinativo (os editoriais e as matérias assinadas), considerados como expressão da opinião do grupo representante do periódico ou de seu autor em particular”. Além disso, o modelo financeiro da imprensa convencional é estruturado principalmente por anunciantes, sendo “somente uma pequena parcela de seus recursos que deriva das vendas em bancas e assinantes”. Aquino (1999, p. 122) também reitera que no nível de produção de informações, a imprensa convencional se utiliza do esquema de organização industrial e da aquisição de notícias internacionais de grandes agências.

Em contrapartida, a imprensa alternativa do período “ocupa, de variadas formas, o espaço deixado pelo tipo de imprensa que segue o modelo convencional” (AQUINO, 1999, p. 122). Segundo Aquino (1998), em quesitos organizacionais, tal modelo pode se estruturar de duas maneiras: em termos empresariais, como o caso do jornal *Opinião*, que foi pertencente deputado e empresário Fernando Gasparian⁸, bem como a partir da propriedade coletiva, composta por um grupo de jornalistas e também de representantes de diferentes grupos sociais. A imprensa alternativa não se propõe neutra, imparcial tal qual a imprensa de caráter liberal, “assumindo-se a serviço da defesa de interesses de grupos como, por exemplo, partidos, sindicatos, associações, minorias raciais e sexuais, e mesmo entidades religiosas” (AQUINO, 1999, p. 122).

Fizeram parte deste movimento os jornalistas Bernardo Kucinski, Elmar Bones, Maria Rita Kehl, Omar Matico, Raimundo Pereira e Zivaldo Alves Pinto, cujos depoimentos ao projeto *Resistir é Preciso*, do Instituto Vladimir Herzog, constituem o recorte empírico deste estudo.

⁸ Fernando Gasparian (1930-2006) foi um empresário brasileiro. Gasparian era dono de uma marca têxtil, a *Companhia América Fabril*. Ele fazia parte de uma pequena fração da burguesia nacional que tinha um projeto nacionalista e anti-golpista para o Brasil, sendo um dos poucos membros da classe dominante a se opor ao golpe em 1964.

Sobre o *ethos* de resistência jornalística: inferências

Ao retomar a passagem na qual Kucinski (2018) – como intelectual, mas também como agente do campo – lança luz sobre os valores culturais compartilhados pelos profissionais que trabalharam na imprensa alternativa durante a ditadura militar, algumas características comuns podem ser elencadas:

Os protagonistas da imprensa alternativa dos anos de 1970 constituíam, assim, uma subcultura que distinguia o grosso dos jornalistas e intelectuais por sua disposição contestatória, propensão ao ativismo, intransigência intelectual e, em certa medida moral, afinidade com os motivos ideológicos que moviam os ativistas políticos (KUCINSKI, 2018, p. 34).

Nesse contexto de identificação de disposições comuns, a partir da análise dos depoimentos registrados pelo Instituto Vladimir Herzog, a pesquisa permite apontar em quatro categorias voltadas à edificação de um *ethos* jornalístico de resistência na ditadura militar brasileira – tema dos próximos tópicos.

13

Categoria 1: Sentimento de insuficiência quanto à imprensa convencional

No escopo dos depoimentos concedidos ao projeto *Resistir é Preciso* que conformam o objeto de análise deste artigo, com exceção de Maria Rita Kehl, que incorporou seu *ethos* de resistência jornalística essencialmente a partir da experiência em veículos alternativos (*Movimento* e *Em Tempo*), todos os demais jornalistas estudados passaram a atuar na imprensa alternativa devido ao descontentamento com os periódicos tradicionais – isto é, com base em uma insatisfação com mecanismos como a autocensura (AQUINO, 1999; KUCINSKI, 2018) e a aparelhagem dos veículos convencionais à lógica do regime. Dessa forma, o exercício de um jornalismo crítico – no sentido de possibilitar que os profissionais tivessem um leque e opções para escolher suas pautas e reportagens – passou a ser comprometido no interior do modelo convencional e as oportunidades de realização do ofício, em consequência, foram prejudicadas. O espaço de experimentação técnica e estética que a imprensa alternativa possibilitou ao campo permitiu a diversos jornalistas uma nova oportunidade de praticar o jornalismo de maneira crítica à ditadura estabelecida, ao sistema econômico e às violações aos direitos humanos (KUCINSKI, 2018) – em outras palavras, culminou no estabelecimento de uma postura ético-política propriamente dita.

Um exemplo no âmbito dos relatos memorialísticos estudados que explicita a categoria analítica em questão pode ser localizado nas falas dos jornalistas Bernardo Kucinski e Raimundo Pereira. Em termos ilustrativos, Kucinski relata que durante seu período de trabalho na revista *Veja*, ao lado de Pereira, ocupou-se da elaboração de um dossiê que criticava as violações aos direitos humanos por parte do governo Médici (1969-1974). De acordo com o agente, a repercussão do material foi imediata, com uma reação classificada pelo agente como “muito pesada”, levando ambos os jornalistas a deixar o periódico em busca de novos projetos:

Essas matérias, duas capas sobre as torturas, que tiveram pleno apoio do Mino Carta [editor da revista] e foi uma coisa importante, nos permitiu também fazer um dossiê enorme. Raimundo soltou os cachorros no Brasil todo, os repórteres, usou toda aquela máquina da Abril. Ele era muito esperto e o pretexto que ele usou é de que iríamos entregar um dossiê ao presidente. O [Emílio Garrastazu] Médici tinha dado uma declaração infeliz no Rio de Janeiro a um repórter, dizendo que o presidente não admite torturas. Então nós usamos essa declaração dele: “ah, não admite? Então vamos ajudá-lo a não permitir isso”. E, com isso, soltamos os cachorros e fizemos realmente um dossiê e isso virou aquelas duas capas. Só que nós estamos num momento de aprofundamento da repressão, do projeto militar e não de esvaziamento. A reação às duas capas foi muito pesada e criou-se uma situação que nós tínhamos que sair da revista. (KUCINSKI, 2010)⁹

14

Por seu turno, Raimundo Pereira estabelece em seu depoimento sobre a experiência nos periódicos *Movimento*, *Amanhã* e *Opinião* a crítica à falta de espaço na imprensa convencional ao exercício da profissão – esta submetida aos interesses do Estado:

A censura havia sido aceita pelos grandes meios de comunicação. Com exceção de O Estado de S. Paulo que resistiu à censura, com exceção da Revista *Veja* num determinado momento quando o Mino Carta dirigia, o resto da imprensa aceitou a censura. Os gerais e seus representantes mandavam os bilhetinhos ou os telefonemas e eles já cumpriam. (PEREIRA, 2010)¹⁰

Censura, autoritarismo, violação aos direitos humanos e um projeto de desenvolvimento econômico autoritário. Todas essas características podem ser notadas na ditadura militar brasileira. De outra parte, os jornalistas que buscavam nos espaços

⁹ BK [16:39- 17:55].

¹⁰ RP [1:16-1:39].

alternativos de resistência uma instância de crítica à legitimidade simbólica do regime – aqui exemplificados por Bernardo Kucinski e Raimundo Pereira – compartilhavam um capital simbólico de descontentamento com a ordem estabelecida, foco da próxima categoria em debate.

Categoria 2: Disposição contestatória

O capital simbólico que incomodava os profissionais que não se identificavam com o projeto político proposto pela ditadura pode ser caracterizado – com base nos depoimentos estudados – como uma disposição (no sentido bourdieusiano do termo) contestatória. Ou seja, em um período de autoritarismo do aparelho de Estado, tais agentes sociais incorporaram o sentimento de indignação e buscaram entrar nas lutas simbólicas de deslegitimação desse projeto em um *locus* específico: o universo da imprensa alternativa. Nas construções argumentativas identificadas no escopo memorialístico do projeto *Resistir é Preciso*, desvela-se um ponto de vista segundo o qual tal disposição apresentava-se como “natural” e que se tratava da “única alternativa a se buscar” no período.

Nesse sentido, por exemplo, ao relatar a radicalização pela qual o periódico *Versus* passou, o jornalista Omar Matico materializa a tendência contestatória do grupo ao repercutir sua visão de militância e de luta para a implementação de um projeto socialista e revolucionário de imprensa:

Nessa transição, eu acabo entrando para uma realidade clandestina, ligada à Quarta Internacional, Liga Operária (...). Eu achava que a forma mais completa de um militante contribuir para um processo no Brasil de redemocratização, revolucionário, para a implementação do socialismo, era militar num partido. Os partidos eram clandestinos, eu acabei entrando (...) escolhendo a Liga Operária onde eu fui trabalhar como jornalista, digamos (...). Fazia o trabalho de militância, meu campo de militância era o *Versus*, porque era um espaço legal, construído e conquistado duramente na ditadura. Podia eventualmente expressar aquilo que eu considerava o programa adequado para o Brasil. (BARROS FILHO, 2010)¹¹

Semelhantemente, tal disposição pode ser identificada no depoimento de Ziraldo Alves Pinto. Ao discutir seu processo de amadurecimento político como ilustrador –

¹¹ OBF [26:39- 27:42].

dinâmica tensionada fortemente a partir do AI-5 – o jornalista reforça essa dimensão no contexto de sua trajetória em *O Pasquim*:

Eu não sei o que seria da minha vida se não tivesse atravessado esses anos de fundo sem participar da resistência, entendeu? Porque uma grande quantidade de jornalistas tem uma certa tristeza de não ter tido coragem. Tem uma certa, assim... uma certa implicância com a gente, porque, de qualquer maneira, para todos os efeitos a gente foi para os externos corajosos, a gente botou o da gente na seringa. A gente foi lá e disse: “não concordo com essa merda!”. A gente foi! Agora, não tem heroísmo nenhum nisso, isso é da natureza da pessoa... Todos os cartunistas do mundo, desde a invenção da imprensa, desde os franceses, os ingleses e tudo mais, sempre passaram o riso em volta do tirano. Quer dizer, a gente tinha mais ou menos isso, (...) era um sentimento de que a gente não podia ficar fazendo cartum. (ALVES PINTO, 2010)¹²

As marcas simbólicas de um *ethos* jornalístico de resistência ganham contornos mais visíveis quando Ziraldo explicita seu ponto de vista de que alguns pares do campo profissional não concordavam com o projeto arquitetado pela ditadura por ser “da natureza da pessoa”, embasando sua perspectiva no repertório cultural histórico da profissão (em especial, dos cartunistas). Ademais, em um panorama de contestação e de insatisfação com um campo que se via cada vez mais aparelhado junto ao Estado, ascendia-se a criação de estruturas democráticas que visavam propor alternativas ao modelo estrutural-organizacional dominante de comunicação do período – abordagem da próxima categoria.

16

Categoria 3: Oposição à estrutura organizacional tradicional do jornalismo

Do ponto de vista inferencial, todos os profissionais cujos depoimentos ao projeto memorialístico do Instituto Vladimir Herzog são alvo de análise neste artigo manifestaram uma disposição de enfrentamento à estrutura organizacional tradicional do jornalismo e sublinharam o caráter de assembleia ou de grandes discussões no qual se baseavam as reuniões de seus respectivos periódicos. Um exemplo significativo é rememorado no escopo do periódico *Opinião*, em especial a partir dos tensionamentos relatados entre Raimundo Pereira e o empresário Fernando Gasparian, que resultou em um racha no grupo e na subsequente criação do jornal *Movimento*. Nas memórias registradas pelo

¹² Ziraldo [34:51- 35:58].

projeto *Resistir é Preciso*, destaca-se a busca pela construção da autonomia na produção do jornal sem a interferência de um chefe e a proposição de um “jornal dos jornalistas”. Em sentido consonante, ressalta-se também a crítica que Bernardo Kucinski, em seu depoimento, estabelece às problemáticas dos *Ensaios Populares*, editoriais do *Opinião* redigidos ocultamente por Duarte Lago Pacheco Pereira¹³, inseridos no veículo a partir de uma suposta postura não democrática de Raimundo Pereira. Essa circunstância evolui para um racha das esquerdas jornalísticas do veículo e origina o *Em Tempo*, periódico que buscava construir uma frente de jornalistas ao invés de realizar uma frente de grupos políticos, como ocorria no *Opinião*, mudando a forma de representação dos cargos decisórios.

De sua parte, Maria Rita Kehl rememora que nas reuniões de pauta do *Movimento* sofria estranhamentos por parte dos membros da esquerda mais ortodoxa em razão de seus comportamentos e visões de mundo (que passavam pelo linguajar, pelo consumo cultural e até pelas vestimentas) diferenciadas das práticas comportamentais dominantes do grupo. Já em *O Pasquim*, Ziraldo comenta sobre a maneira como as reuniões de pauta e a forma de organização do jornal tinham caráter livre de obrigações profissionais mais formais. Por fim, Osmar Matico registra que no *Versus* ocorriam grandes discussões durante o processo de produção:

A reunião de pauta do jornal era o momento mais interessante do nosso dia a dia, porque era um mesão, uma mesa grande, muito grande e chegava a ter às vezes quarenta, cinquenta pessoas (...). Era muito duro, porque, claro, nós não tínhamos aprendido a fazer o jornal, não existia uma fórmula para fazer o jornal, ele era todo reinventado a cada edição. Aliás, nós costumávamos dizer que o melhor repórter do *Versus* era o carteiro, porque quando o carteiro batia na porta, ele sempre com alguma colaboração de algum leitor, de algum autor, de algum jornalista que eventualmente tivesse se apaixonado pelo jornal e tinha escrito uma matéria, sem que alguém tivesse pautado. (BARROS FILHO, 2010)¹⁴

Entretanto, o debate deliberado no qual as articulações realizadas pelos periódicos só poderiam se concretizar a partir de consensos entre os agentes é representado mais visivelmente nas memórias do *Coojornal*, no qual a própria condição de cooperativa

¹³ Duarte Lago Pacheco Pereira (1939-) é um intelectual brasileiro. Pereira foi um dos primeiros pensadores a traduzir a obra do filósofo argelino Louis Althusser para o português. Manteve relações com as organizações políticas Ação Popular (AP) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Durante muito tempo, Pacheco Pereira orientou Raimundo Pereira na escrita dos editoriais nominados *Ensaios Populares*.

¹⁴ OBF [15:49- 17:13].

construía mecanismos para assegurar que o caráter coletivo pautasse as decisões. Frisa Elmar Bones em seu depoimento:

Olha, eu considero a melhor experiência que eu fiz, tanto que depois dessa experiência do *Coojornal* eu nunca mais consegui voltar para os veículos convencionais. Voltei pontualmente e ficava um tempo assim e começava a me incomodar, certas coisas da imprensa convencional. Então, essa coisa da hierarquia, de cima pra baixo, essa coisa muito rígida. A falta de discussão interna, a falta de democracia interna nas redações. Enfim, certas certezas, assim, das chefias e, sabe, essa divisão do trabalho dentro das redações em que o repórter é uma ponta subalterna e cumpre ordens, né? Tem pouca autonomia, isso sempre, começou a me incomodar essas coisas. (BONES, 2010)¹⁵

A contraposição dos agentes do campo em relação aos mecanismos tradicionais fica fortemente decalcada nos argumentos mencionados. Desse modo, os jornalistas que demarcavam uma posição alternativa, em um clima no qual o próprio país sofria com falta de espaços de discussão e de circulação de ideias, buscavam democratizar as relações de trabalho e de produção como um reflexo da falta de democracia que assolava o país como um todo. Para manter suas práticas de resistência, por outro lado, os agentes do campo mobilizavam estratégias criativas para resistir à censura e ao aparelhamento, discussão que ganha corpo no próximo tópico.

18

Categoria 4: As estratégias comunicacionais

Os depoimentos registrados por iniciativa do Instituto Vladimir Herzog colocam em pauta, em diferentes momentos, a questão da complacência que o jornalismo convencional teve com a ditadura, bem como o fato de que a imprensa alternativa – tal qual os poucos jornais tradicionais que ousavam abusar de sua estrutura e de suas limitações para manter uma perspectiva mais contestatória ao regime – sofria com a censura justamente por não adotar o tom passivo em relação ao fechamento das esferas de discussão e de circulação de ideias – o que era o objetivo do projeto de desenvolvimentismo autoritário da ditadura (FICO, 2015; KUNCINSKI, 2018). Para resistir ao acoplamento do campo jornalístico, os agentes cujos depoimentos são aqui estudados ressaltam a busca por mecanismos de enfrentamento e burla. Em termos conceituais, o *ethos* é responsável por estruturar um conjunto de valores e de crenças de um grupo que se enraíza em um sistema de disposições estruturadas e estruturantes, isto é, o *habitus*

¹⁵ EB [2:03:27- 2:04:16].

(BOURDIEU, 2009; BOURDIEU, WACQUANT, 2008). Especificamente na dimensão do *ethos*, de caráter moral, mostra-se possível entender os interesses desse grupo e as estratégias que busca para obtê-los.

Num vértice analítico, o quadro abaixo sistematiza as ações que configuram estratégias comunicativas de enfrentamento e de burla dos jornalistas estudados:

Quadro 2 – Estratégias de resistência dos jornalistas

Agente	Estratégia
Bernardo Kucinski (<i>Movimento</i>)	Escrever de maneira difícil com objetivo de cansar os censores
Bernardo Kucinski e Raimundo Pereira (<i>Amanhã</i>)	Evitar a localização do jornal em uma sede bem situada para a repressão ter dificuldade de encontrar seus organizadores
Elmar Bones, Omar Matico e Raimundo Pereira (<i>Coojornal, Versus e Opinião, respectivamente</i>)	Discutir de maneira indireta ou metáfora algum assunto com objetivo de driblar os censores
Omar Matico (<i>Versus</i>)	Chamar um deputado de influência na oposição – Fernando Moraes (MDB) – e alguns veículos de comunicação para registrar a atividade dos censores
Ziraldo (<i>O Pasquim</i>)	Autointitular o jornal com um nome pejorativo para evitar posteriores críticas / Questionar os censores a partir do humor como deslegitimação do <i>ethos</i> autoritário do regime

Fonte: Quadro elaborado pelos autores para as finalidades da pesquisa.

Infere-se, nesse cenário, que os jornalistas que realizavam práticas de resistência não necessariamente racionalizavam sua operacionalização em todos os momentos de constrangimentos e de adaptações às diferentes situações às quais lidavam nos ambientes estruturados pelo campo. Pelo contrário, respondiam por vezes involuntariamente aos problemas cotidianos a partir de valores edificados em um *ethos* de enfrentamento – isto é, a partir da dimensão que mobiliza valores e orienta as estratégias. Desse modo, a sistematização das estratégias comunicativas de resistência calcadas no *ethos* dos agentes propõe-se desvelar no âmbito deste estudo alguns dos principais mecanismos criativos que esses profissionais utilizaram no embate com o processo de censura que sofreram.

Considerações possíveis

A análise dos depoimentos concedidos ao projeto *Resistir é Preciso*, iniciativa memorialística do Instituto Vladimir Herzog, conduz, no âmbito desta pesquisa, à sistematização de um *ethos* efetivo de resistência jornalística à ditadura militar brasileira. Entende-se, nesse horizonte, que um conjunto significativo de agentes compartilhava – ainda que no interior da heterogeneidade de suas singularidades – disposições, estratégias, práticas e representações comuns no enfrentamento à repressão estatal. Esse movimento no plano simbólico fica evidenciado na identificação de quatro classes de elementos que compõem essa dimensão: 1) o sentimento de insuficiência com a imprensa convencional; 2) a disposição contestatória; 3) a oposição à estrutura organizacional tradicional do jornalismo; e 4) a mobilização de estratégias comunicacionais criativas. Compreende-se que no *lócus* da imprensa alternativa do período, havia disputas e contradições entre diversos agentes; contudo, a pretensão deste texto se trata justamente de extrair as regularidades existentes. Outros trabalhos, com base na pesquisa mais ampla que origina este artigo (PEDRO NETO, 2020), abordaram as lutas simbólicas entre os jornalistas adeptos da contracultura e os de formação marxista (PEDRO NETO, 2020), bem como as diferenças entre visões de jornalismo no escopo da imprensa alternativa (SILVA; PEDRO NETO, 2021). É pertinente notabilizar também, embora não seja escopo deste estudo, que a ação de resistência ao sistema político autoritário não se limitou aos jornalistas nesses espaços denominados alternativos. Inúmeros jornalistas com atuação no período ditatorial em veículos convencionais e da chamada grande imprensa tiveram papel paralelo de proeminência na imprensa alternativa e/ou empenharam-se na contestação nas fissuras do jornalismo tradicional ou ainda se dedicaram à militância política externa ao mundo profissional (FARO, 1999; ALBUQUERQUE; ROXO, 2007).

Em sintonia com Bourdieu (2015), compreende-se que a partir do momento em que as sociedades modernas se tornam complexas, a necessidade de desvelamento dos diferentes universos sociais a partir de seus campos mostra-se essencial para a pesquisa acadêmica devotada à compreensão dos respectivos jogos de força. Disso não escapa, todavia, uma ressalva no âmbito do fenômeno aqui estudado: uma ditadura não tem por objetivo a existência de diferentes universos sociais, posto que visa produzir um pensamento monolítico. Assim, a dominação é mais escancarada e menos disfarçada por construções simbólicas. Em tal lógica, é factível compreender que o poder simbólico dos meios de comunicação e, conseqüentemente, do jornalismo, foi atacado pela repressão

estatal em uma lógica de contradições. A representação da realidade, capital simbólico do jornalismo, estava não raramente na contramão do projeto autoritário ditatorial.

Em última instância, mesmo no interior das limitações intrínsecas do artigo, infere-se que o enfrentamento à ditadura militar dos jornalistas cujos depoimentos foram estudados constituiu-se no período uma prática de resistência pela autonomia de seu próprio campo – o que explica a migração naquele momento de vários profissionais para periódicos alternativos; tema sublinhado na memória coletiva dos agentes décadas depois. Tratava-se de uma resistência, não somente de um ofício, mas de um processo de contestação a todo um modelo de sociedade que se construía. Entende-se que embora não se deva superestimar o caráter de resistência da imprensa alternativa, também não é pertinente para a compreensão do fenômeno subestimar a sua proeminência nas lutas simbólicas e materiais frente ao regime de exceção. Uma vez mais, volta-se ao papel da memória social edificada sobre o período.

Nesse ínterim, destarte imbricadas do ponto de vista prático, o *modus operandi* das quatro categorias analíticas pode ser assim sistematizado:

- 1) A ditadura militar tinha por objetivo modernizar autoritariamente o capitalismo brasileiro. Para ser executado, o projeto se valeu – em diferentes modos, não necessariamente de forma homogênea – da repressão política de seus oponentes. Nesse panorama, se insere o jornalismo por ser dotado de capital simbólico de credibilidade a partir de um complexo processo de representação da realidade.
- 2) Os agentes da imprensa alternativa se dispõem em um espaço diferente do campo em relação aos jornalistas dos veículos convencionais, pois se encontravam insatisfeitos – a partir do momento em que a imprensa tradicional adere à autocensura – com um modelo de jornalismo que se tornava cada vez mais fechado e aparelhado junto ao regime.
- 3) Em um cenário de indignação com o projeto desenvolvimentista autoritário do capitalismo brasileiro operacionalizado pelos militares, bem como com a violação a um projeto de democracia e aos direitos humanos, tais agentes que possuíam tendências de contestação procuraram espaços de produção simbólica com o interesse de realizar práticas de resistência à ditadura militar brasileira.
- 4) A oposição a um espaço tradicional de produção da imprensa também fez com que esses profissionais buscassem novas maneiras de fazer e pensar o

jornalismo. Dentre as diversas propostas, um valor comum identificado nos depoimentos estudados remete à reflexividade e à crítica frente à estrutura de produção e de discussão dos periódicos.

- 5) Para cumprir os seus interesses em um período no qual o tripé repressão-censura-vigilância se intensificou, ocorreu a necessidade por parte desses profissionais – estruturados em seu conjunto de valores e de crenças – de utilização de estratégias de comunicação criativas para burlar a censura, lidar com as prisões, ameaças e outras formas de coerção.

O *ethos* jornalístico de resistência, portanto, instaura-se como um conjunto de disposições, de práticas e de representações dos jornalistas que atuaram na ditadura militar brasileira com objetivo de manter a autonomia de seu campo e de evitar aparelhamento dos diferentes universos sociais por um discurso autoritário. Para isso, os agentes prezavam por valores compartilhados que submergem nas memórias do período, tais como a democracia, o socialismo, o humor, a utopia e o cooperativismo, além de outras ferramentas de contestação no plano simbólico.

22

Referências

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

ALBUQUERQUE, Afonso de; ROXO, Marco Antonio. **Preparados, leais e disciplinados: os jornalistas comunistas e a adaptação do modelo de jornalismo americano no Brasil**. E-Compós, v. 9, 26 jun. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre, WACQUANT, Loïc. **Una invitación a la sociología reflexiva**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2008.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel, NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FARO, José Salvador. **Revista Realidade**, 1966-1968: Tempo da reportagem na imprensa brasileira. Porto Alegre: Ulbra/AGE, 1999.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2015.

FIGARO, Roseli. (Org). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA-USP, 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: no tempo da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2018, 365p.

PEDRO NETO, Leopoldo. **Construção do ethos jornalístico de resistência na imprensa alternativa durante a ditadura militar brasileira: estudo dos depoimentos do projeto Resistir é Preciso**. 2020. 254 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020.

PEDRO NETO, Leopoldo. Embates entre contracultura e socialismo: disputas simbólicas na imprensa alternativa brasileira durante a ditadura militar. **Revista Alterjor**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 123-137, 2022.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Revisando os conceitos de comunicação popular, Alternativa e Comunitária. In: **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Brasília: 2006. Acesso em: 20 de dez. 2019.

RESISTIR é Preciso: São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://resistirepreciso.org.br>>. Acesso em: 4 de mar. de 2020.

SILVA, Marcos Paulo da; PEDRO NETO, Leopoldo. Jornalismo, socialismo e humor: lugares e saberes de Raimundo Pereira e Zivaldo na imprensa alternativa brasileira durante a ditadura militar. **Triade: Comunicação, Cultura e Mídia**, Sorocaba, SP, v. 9, n. 21, p. 123–149, 2021.

Depoimentos

ALVES PINTO, Zivaldo. Zivaldo Integra. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. **Instituto Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.

BARROS FILHO, Omar de. Omar Matico. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. **Instituto Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.

BONES, Elmar. Elmar Bones. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. **Instituto Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.

KEHL, Maria Rita. Maria Rita Kehl. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. **Instituto Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.

KUCINSKI, Bernardo. Bernardo Kucinski. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. **Instituto Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.

PEREIRA, Raimundo. Raimundo Pereira. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. **Instituto Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.

Submissão: 18 de jan. 2022

Aceite: 7 de mar. 2023.

Escândalo político à brasileira: as polarizações na CPI da *Última Hora*¹

Clara Bezerril Câmara²

Resumo

Neste artigo, analisamos a cobertura jornalística da CPI da *Última Hora*, ocorrida em 1953, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). O objetivo é observar como o jornalismo, que estava consolidando seu ideal de apresentar-se como objetivo, introduzindo técnicas e métodos de pretensa neutralidade, lidou com uma política conturbada e marcada pelo escândalo. As sistematizações feitas aqui partem dos pressupostos da análise crítica de narrativas (MOTTA, 2013), levando-se em consideração 282 edições, juntando as edições da *Tribuna da Imprensa* e as do *Última Hora*.

Palavras-chave: Jornalismo. Escândalo político. Análise narrativa.

Brazilian political scandal: polarizations in *Última Hora*'s CPI

Abstract

In this article, we analyze the journalistic coverage of the *Última Hora*'s CPI, which took place in 1953, during the second government of Getúlio Vargas (1951-1954). The objective is to observe how journalism, which was consolidating its ideal of presenting itself as an objective, introducing techniques and methods of alleged neutrality, dealt with a troubled policy marked by scandal. The systematizations made here are based on the assumptions of critical analysis of narratives (MOTTA, 2013), taking into account 282 editions, joining the editions of *Tribuna da Imprensa* and *Última Hora* newspapers.

Keywords: Journalism. Political scandal. Narrative analysis.

¹ As considerações contidas neste artigo fazem parte da tese da autora, intitulada 'A' mentalidade escândalo": uma análise das narrativas de malfeitos a partir das polarizações suscitadas pelo jornalismo brasileiro. A tese, defendida em 2019, no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), recebeu Menção Honrosa no Prêmio Adelmo Genro de pesquisa em Jornalismo, em 2020.

² Jornalista, Mestre (UFPB) e Doutora (UFF) em Comunicação. Professora visitante no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (PPGCOM/UFMA).

Introdução

Neste artigo, analisamos a cobertura jornalística de um episódio reconhecido como escândalo político, ocorrido no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). O referido escândalo é a *CPI da Última Hora*, que se desdobrou em 1953. Nossa intenção é observar como o jornalismo, que estava consolidando seu ideal de apresentar-se como objetivo, introduzindo técnicas e métodos de pretensa neutralidade, lidou com uma política conturbada e marcada pelo escândalo. E como, ao mesmo tempo, passou a incorporar as formas narrativas do que iria considerar escândalo político em sua cultura profissional em mutação.

Guia-se a análise à luz dessas transformações, através de dois jornais cariocas que repercutiram a *CPI da Última Hora* e foram, eles próprios e seus donos, protagonistas desse episódio: *Última Hora* e *A Tribuna da Imprensa*. Além disso, vale salientar, esses dois periódicos também são associados à reforma do jornalismo brasileiro, que foi iniciada no Rio de Janeiro (GOULART RIBEIRO, 2003).

Em um primeiro momento, trazemos breve um contexto sobre a *CPI da Última Hora* e seus principais personagens. Na sequência, apresentamos algumas reflexões que nos auxiliam a compreender o porquê de a CPI ser considerada um escândalo político, com base nas indicações de Thompson (2002). Por fim, elaboramos uma análise das polarizações que se apresentam nas narrativas da CPI explicitadas nos jornais *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*, relacionando-as com a ideia de escândalo político – e sua utilidade – que persiste até hoje.

Contexto: o que foi a CPI da Última Hora

A *CPI da Última Hora* diz respeito ao inquérito iniciado em julho de 1953, que tinha como principal alvo o dono do jornal *Última Hora*, Samuel Wainer. Nesta trama, Wainer estava sendo acusado de receber, do Banco do Brasil, favorecimentos financeiros para a abertura, consolidação e expansão de seu periódico.

A circulação da *Última Hora* foi iniciada ainda em 1951 e, desde essa época, foi duramente criticada por Carlos Lacerda e acusada, não apenas por este, mas entre os antigetulistas da época, de ser um jornal que servia apenas de propaganda para os

interesses de Getúlio Vargas. Essa publicidade favorável seria de importância singular para Vargas, que estava articulando seu retorno à presidência.

Quando o *Última Hora* começou a circular, o jornal de Lacerda, o *Tribuna da Imprensa*, não poupou críticas a sua subserviência a Getúlio e, na sequência, ao governo getulista. Também, o *Tribuna da Imprensa* sempre apontou o *Última Hora* como um veículo privilegiado pelo governo. Esses privilégios vieram, em grande medida, como um ciclo de acontecimentos que se retroalimentaram e renderam frutos instantâneos para Wainer. Como um grande efeito dominó, o incentivo financeiro recebido por ele em uma ponta fez com que, no final da disposição de peças, estivesse o prestígio de dirigir um dos maiores jornais do Rio de Janeiro e, à época, do Brasil.

Seguindo o ciclo de benesses usufruído por Wainer, por consequência da generosidade com que o Banco do Brasil tratou seu negócio, estruturalmente, o *Última Hora* começou como um dos jornais mais modernos do país. Tinha também as melhores condições para contratar os escritores e jornalistas mais destacados; e, lembra-se aqui, a profissionalização dessas posições estava ainda engatinhando no país (DINIZ, 2011). Saindo na frente em tiragem, estrutura e qualidade, o *Última Hora* era realmente um jornal lido. Procurado por muitos, destacou-se também como um produto capaz de oferecer retorno aos investidores, um jornal em que as verbas de publicidade chegavam com facilidade (GOULART RIBEIRO, 2002). Assim, do início ao fim, Wainer obteve todas as possibilidades de prosperar.

Fora desse ambiente próspero estava Carlos Lacerda, figura que amargou por anos a expulsão não apenas do PCB, mas também dos ciclos à esquerda que frequentava, profissional e pessoalmente (MENDONÇA, 2008). Lacerda, então, esgueirou-se para os setores mais conservadores da sociedade, embora não apenas pela falta de oportunidades que estava vivenciando entre o final dos anos de 1930 e toda a década de 1940, mas também movido pelo incômodo – e alguns chamam de rancor (DE ABREU, LATTMAN-WELTMAN, 1994) – que passou a nutrir contra Wainer, a possibilidade de ter Getúlio Vargas como presidente e os ideais comunistas que rondavam, mesmo que artificialmente, esses personagens e seus círculos.

Além disso, Carlos Lacerda amargava também o fracasso, ao menos comercial, de seu próprio jornal. Longe de obter os números praticados pelo *Última Hora*, a sua *Tribuna da Imprensa* era um fracasso editorial (BARBOSA, 2007). Última em tiragem, com pouca verba publicitária e pouco lido, o *Tribuna da Imprensa* era um jornal voltado para um

seleto grupo de intelectuais que compartilhavam as suas ideias e ideais (DE ABREU, LATTMAN-WELMAN, 1994). Diante disso, não é muito difícil calcular quais investidas Lacerda faria para minar, duplamente, Wainer e Vargas.

Em 1953, quando a CPI foi iniciada, as acusações oficiais eram *dumping*, concorrência desleal e o favoritismo oficial. Entre as primeiras denúncias, devidamente veiculadas na *Tribuna da Imprensa*, no final de maio daquele ano, até a abertura do inquérito, passou-se pouco mais de um mês.

Em julho de 1953, em um pronunciamento feito na televisão, Lacerda deu o que foi considerado seu maior golpe: acusou Samuel Wainer de não ser brasileiro e ter mentido a respeito de sua nacionalidade. A gravidade da situação se dá porque a Constituição Brasileira não dava direito a um estrangeiro ser proprietário de uma empresa jornalística. Alegando ter sido uma informação repassada por meio de uma denúncia anônima, Lacerda tentava sepultar de vez a onda de prosperidade de seu outrora amigo. No entanto, argumenta-se que esse tipo de informação já era de conhecimento de Lacerda, justamente por ter convivido por um longo período com Wainer e seus familiares (MENDONÇA, 2008).

Foram meses de denúncias de Lacerda, tentativas de explicações por parte de Wainer e dois jornais completamente voltados ao serviço dessa pauta. Ao fim, em novembro de 1953, a CPI concluiu que o Banco do Brasil beneficiou, sim, Wainer e sua empresa. O presidente Vargas, no entanto, saiu inocentado, pois não se conseguiu conectá-lo a qualquer tipo de transação de interferência nesses beneficiamentos. A estabilidade de seu governo, porém, não saiu intacta.

Enfrentando os ataques de Lacerda desde antes de retornar à presidência, Vargas ainda viveria para vê-lo emplacar outras acusações. A possibilidade de seu *impeachment* foi evitada em 1953, mas essa chama ainda se manteria por um tempo, deixando-o permanentemente em estado de alerta e ciente de que, ao seu redor, os eventos não lhe favoreciam.

Não sem razão, quase um ano após o início das acusações que geraram a CPI do *Última Hora*, Vargas se encontrava no meio de outro turbilhão de acusações, essas além da corrupção, que envolvia o chefe de sua guarda pessoal como possível mandatário de um atentado à vida de Lacerda, no que ficou conhecido como o Atentado da rua Tonelero. Mais uma vez, Vargas não seria conectado diretamente, mas, dessa vez, reconhecia o que agora parece óbvio, “tenho a impressão de me encontrar sob um mar de lama”, teria

dito a João Adil de Oliveira, responsável pela investigação policial-militar do atentado. E, realmente, estava. Apenas 19 dias depois do atentado, Vargas foi encontrado morto com um tiro no peito no Palácio do Catete.

A instabilidade que permeou todo esse percurso é que nos interessa particularmente. O protagonismo das narrativas jornalísticas, em relação ao primeiro episódio, foi um dos pontos cruciais para a sua escolha nesta análise, já antecipamos. Além disso, há o fato de se tratar de denúncias de corrupção que se tornaram reconhecidas como um escândalo para a época, sendo veiculadas como tal nos jornais. Para tratar disso, apresentado o contexto de análise, torna-se necessário compreender o que fez da CPI da *Última Hora* um escândalo, nos termos adotados por Thompson (2002), e que adaptamos à realidade brasileira e aos propósitos deste trabalho.

O que faz da CPI da *Última Hora* um escândalo político

Tomando como base de argumentação a sistematização proposta por Thompson (2002, p. 102), de que os escândalos midiáticos são um tipo de acontecimento que se constitui por formas midiáticas de comunicação, temos na CPI da *Última Hora* um exemplo de escândalo político midiático. “Político”, pelo teor das discussões que suscita e também pelos personagens envolvidos. “Midiático”, pelos atravessamentos de formas midiáticas em toda a sua extensão – desde sua formação até o seu fim.

Para reforçar esse entendimento, propõe-se, inicialmente, organizar seus acontecimentos de acordo com a seguinte sequência estrutural dos escândalos políticos, também proposta por Thompson: 1) pré-escândalo; 2) escândalo propriamente dito; 3) clímax; 4) consequências. Essas fases, de acordo com o autor, não são necessariamente fixas. Elas não precisam acontecer da mesma maneira ou sempre para validar a existência de um escândalo. No entanto, em grande parte dos escândalos midiáticos é possível identificar essa estrutura.

1) Pré-escândalo: um escândalo midiático começa com a revelação e/ou com a alegação da transgressão – e não com a própria transgressão.

Nesta fase, chamada de “pré-escândalo”, podem ser iniciadas investigações ou inquéritos, a partir da iniciativa de jornalistas, policiais ou outros. No caso da CPI da

Última Hora, isso ocorreu em 3 de junho de 1953, quando foi instaurada na Câmara de Deputados oficialmente a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela resolução nº313/1953 (CONGRESSO NACIONAL, 1953).

À época, a principal questão era que o favorecimento do *Última Hora* poderia implicar em abertura de precedentes, fazendo com que outros veículos de comunicação fossem beneficiados com verbas do governo. Havia um receio compartilhado pelos donos de jornais que não se beneficiaram de que essa possibilidade causasse uma crescente dependência do governo. Como consequência, os jornais perderiam em independência. A defesa dessa independência já se atrela aos ideais da cultura profissional que passaria a predominar (CÂMARA, 2019).).

2) *O escândalo propriamente dito: começa com a divulgação pública de uma ação ou acontecimento, o que faz com que se inicie o processo de afirmações e contra-afirmações que é a base do escândalo midiático.*

É nessa fase que o escândalo é propriamente apresentado na mídia, estimulando-a perseguir os desdobramentos do evento. “Os meios de comunicação operam como um esquema referencial, concentrando a atenção em um indivíduo ou em uma suposta atividade e não deixando que o processo pare” (THOMPSON, 2002, p. 104-105).

Na CPI da *Última Hora*, o momento que ilustra essa fase é a acusação de que o Banco do Brasil teria concedido um empréstimo no valor de \$250 milhões de cruzeiros ao jornal *Última Hora*. “Para erguer e dar vida a êsse monstro de depravação e de sufocação da imprensa, que é ‘*Última Hora*’, com suas ramificações, o Banco do Brasil gastou, por várias formas, 250 milhões”, dizia o *Tribuna da Imprensa* de 1º de julho. Nesse tom, Lacerda foi o promotor, divulgador e marcador de ritmo do debate que se estendeu pelos próximos meses no seu jornal. Além do acompanhamento diário do que acontecia na CPI, trazendo as sessões de questionamentos, o *Tribuna da Imprensa* também veiculava diariamente cartas de leitores que apoiavam o posicionamento do jornal e de seu dono em relação ao escândalo.

Por meses, os desdobramentos jurídicos foram apresentados, as possibilidades de acusação foram maturadas diariamente, especulativamente. Lacerda tomava o espaço para isso não apenas em seu jornal, mas também na TV-Tupi e na Rádio O Globo, com a

anuência e apoio de seus proprietários, igualmente relacionados com a elite política e econômica da época (CÂMARA, 2019).

3) *O clímax, ou desenlace: constitui a terceira fase do escândalo midiático. Fase em que o escândalo chega a um ponto crítico, com novas divulgações e especulações que têm pretensão de aumentar a pressão sobre os que se encontram no centro do imbróglio.*

De acordo com Thompson (2002, p. 105), é neste momento que se pode haver “uma confissão da culpa, uma renúncia, uma demissão e/ou à instauração de um processo criminal, mas pode também resultar no desaparecimento das acusações contra o(s) indivíduo(s) em questão e à dissipação do escândalo”. A CPI da *Última Hora* atingiu essa fase quando veio à tona a questão da nacionalidade de Wainer.

No dia 15 de julho de 1953, Lacerda colocou na primeira página de seu jornal um quadro onde se lia o artigo 160 da Constituição Federal, que seria a responsável por impedir legalmente que um estrangeiro se tornasse dono de um veículo de comunicação no país. Na mesma primeira página que o quadro havia também a escandalosa manchete: “Wainer não é brasileiro”. Curiosamente, essa era uma cartada que Lacerda esperou para usar³. Considerando que, em caso de Wainer ser de fato estrangeiro, a relação de benefício do Banco do Brasil repassado sem critério para um dono de jornal ganharia outros contornos.

Ou seja, essa não seria apenas uma contravenção moralmente condenável – e cujas bases de punição estariam intimamente ligadas ao julgamento da opinião pública –, seria uma transgressão objetiva, prevista na Constituição. De acordo com o artigo 160 da Constituição de 1946, em vigor na época:

Art. 160 - *É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros.* (CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1946, grifos nossos).

Esse quadro não só mostrava qual era a exata lei que Wainer estava infringindo ao ser de outra nacionalidade e ser dono de um jornal no Brasil, ele também mostrava que

³ Referimo-nos a um comentário de Mendonça (2008, online): “Todavia, existem indícios de que há muito Lacerda sabia da questão em torno da nacionalidade do proprietário da *Última Hora*. Na realidade, ele conhecia intimamente a família Wainer, de cuja residência fora assíduo frequentador na juventude. Dessa forma, ali ouvira, certa vez, uma indiscrição da mãe de Samuel que, durante um almoço, inadvertidamente revelara ter o filho nascido na Bessarábia”.

havia motivos legais para se entrar em um embate direto com um cidadão e que, neste embate, valeria tudo. Todas as ofensas, as exposições e as suposições ficam resguardadas ao poder da lei. Pode-se não acreditar que Wainer não é brasileiro, mas, ao acreditar, é preciso se submeter à força moral imposta pela lei: ficar contra ela significa que se é tão infrator quanto aquele que se acusa de contraventor, ou, pelo menos, que não compartilha da noção de decência em vigor⁴.

4) *Consequências: a última fase do escândalo é a das consequências. É neste momento em que o escândalo esfria.*

É nesse momento que podem começar a aparecer reflexões sobre o acontecido, um balanço geral de ônus e bônus trazidos pelo escândalo e pelas discussões que eles acarretaram. Em muitos casos, essas reflexões são feitas por jornalistas, políticos e até envolvidos diretos no escândalo, que podem estar em busca de algum tipo de retorno lucrativo com as “memórias do escândalo” (THOMPSON, 2002).

Na CPI esse momento surge ao fim de setembro de 1953, após a sequência de denúncias e especulações em torno da nacionalidade de Wainer. Na *Tribuna da Imprensa*, no dia 1º de outubro, a chamada na capa em nada lembrava o frenesi monotemático dos meses anteriores: “Um comunista para chefe de polícia”, dizia o jornal, sobre a nomeação do coronel Gashipo Chagas Ferreira, militante do Partido Comunista, para o cargo de Chefia de Polícia. A trama da *Última Hora* passaria a ser colocada em segundo plano, com pequenas chamadas na capa.

Indícios de polarizações na mentalidade escândalo da década de 1950

A sistematização proposta por Thompson (2002) é capaz de auxiliar em uma primeira aproximação com o *corpus* – lançando as bases para pensar sobre as

⁴ Para além da questão de Wainer ser estrangeiro ou não, Lacerda utilizou esse recurso da balança moral em diferentes episódios, inclusive em relação ao governo. Destacamos um exemplo a seguir: “[...] Admitimos que deseje dar um ponto final na maior bandalheira já registrada na história do Brasil, **pois não seria justo crer que o Sr. Getúlio Vargas se antepusesse à ânsia geral de moralidade, decência e decôro.** Fechando ‘Última Hora’, como se diz e se espera, o govêrno terá dado a providência definitiva” (SE NÃO É CÚMPLICE..., 1953, p. 1, grifos nossos)

discussões que são mobilizadas nessas narrativas. Porém, a estrutura de sentidos que o jornalismo proporciona ao acionar essas narrativas ditas escandalosas não se mostra totalmente. Para isso, é preciso acionar a ideia de mentalidade escândalo (CÂMARA, 2019) e seus elementos.

Em um primeiro esforço nesse sentido, apontamos alguns indícios de polarizações na CPI da *Última Hora* e do início do que teria sido o “mar de lama de Vargas”. As sistematizações feitas aqui fazem parte de uma pesquisa mais ampla, que buscou compreender as diretrizes narrativas dos escândalos dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), no jornal *O Globo*, entre os anos de 2003 e 2016.

Neste artigo, no entanto, foca-se em uma parte preliminar desta análise, que observou o desenvolvimento de um escândalo na década de 1950, período em que o jornalismo brasileiro passaria a ser reconhecido como um “gênero de estabelecimento de verdades” (RIBEIRO, 2003, p. 148). Para tal observação, partiu-se dos pressupostos da Análise Crítica de Narrativas (MOTTA, 2013), levando em consideração edições dos jornais *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora* que traziam em suas capas menções ao escândalo. No total, foram 282 edições selecionadas preliminarmente, somando as edições da *Tribuna da Imprensa* e as do *Última Hora*.

Da *Tribuna da Imprensa*, foram analisadas 137 edições, entre 1º de julho e 13 de dezembro de 1953. Já do jornal *Última Hora*, foram um total de 145 edições, entre 3 de junho e 21 de novembro do mesmo ano. Inicialmente, observou-se as capas das edições e, quando nelas houve menções à CPI, seguiu-se para as matérias no interior dos jornais. Portanto, as matérias relacionadas ao escândalo que não tinham manchetes correspondentes na capa não foram consideradas. Nessas edições, buscou-se por padrões na maneira de narrar o dito escândalo. São esses padrões descritos adiante, sob a ideia de indícios de polarizações (personalista/partidária e democrática/autoritária)⁵.

⁵ Como mencionado, este artigo faz parte das considerações da tese da autora, intitulada “A mentalidade escândalo”: uma análise das narrativas de malfeitos a partir das polarizações suscitadas pelo jornalismo brasileiro, defendida em 2019, no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Essas polarizações, cujos indícios são encontrados na cobertura da CPI da *Última Hora*, são desenvolvidas e aprofundadas no contexto dos escândalos dos governos do PT. Argumenta-se que, a essas duas polarizações, na cobertura do *O Globo* aos escândalos do PT, outras duas polarizações também podem ser identificadas: legal/informal e a fantástico/ordinária. (Cf. CÂMARA, 2019).

Ainda sobre o material observado, para chegarmos à CPI, utilizamos também uma edição especial do *O Globo* como referência. Essa edição foi lançada um pouco mais de um mês após a morte de Getúlio Vargas, no dia 26 de setembro de 1954, e colocou o caso da CPI novamente os jornais.

Com tiragem de 1 milhão de cópias, o periódico colocou em circulação o que chamou de “Livro Negro da Corrupção”. Com 32 páginas, o livro faz um levantamento a respeito dos motivos que levaram à triste derrocada do ex-presidente Vargas; do envolvimento com figuras taxadas como inescrupulosas, passando por um detalhamento sobre favorecimentos em seu governo e chegando ao atentado a Carlos Lacerda, cujo principal suspeito era um agente de sua guarda pessoal.

Levou-se em consideração, então, a CPI como escândalo prioritário de observação, já que este não tinha sido interrompido – e alterado – por uma tragédia. Em tempo, por fim, esclarece-se que essa edição especial de *O Globo*⁶ foi escolhida como guia pela iniciativa de organizar os malfeitos de um período, reunindo os momentos-chave (ZELIZER, 1993) que o jornalismo da época indicava como importantes de serem rememorados. E, assim fazendo, reforçando uma maneira específica de enxergar, julgar e lembrar determinados eventos – ou seja, estabelecendo uma mentalidade (escândalo) para tratá-los.

1) *Indícios de uma polarização entre pessoa e partido (personalista/partidária)*

Partindo desse contexto e pensando nos termos da análise aqui proposta, observa-se que as narrativas escandalosas da época ainda não incluem os partidos de forma efetiva. Na *Tribuna da Imprensa*, quando Vargas é minimamente comprometido, seu partido, o PTB, não surge como uma relação usual. Em grande parte das matérias, a referência que se faz ao PTB é pontual, assim como as menções a partidos que faziam parte da base aliada do governo. Exemplo disso acontece nas referências aos deputados federais que estavam à frente da investigação da CPI, como destacados a seguir:

⁶ Não foi utilizada a cobertura do jornal *O Globo* na observação da própria CPI por entendermos que, nesse caso, a batalha entre os periódicos *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa* consistia em um elemento fundamental desse escândalo.

O deputado Eurico Sales, recém-chegado à comissão parlamentar de inquérito sobre a *Última Hora*, apresentou em reunião de ontem sugestão de todo inconveniente. Logo depois surgiu na Comissão, pela primeira vez, de visita, o líder do governo, deputado Capanema. A sugestão era a seguinte: os deputados não pertencentes à comissão só teriam direito a fazer perguntas às testemunhas por escrito. Isto, depois do êxito dos quesitos dos srs. Baleeiro e Falcão, que tão bem completaram o desmascaramento de Wainer, iniciado por membros da Comissão (MANOBRA..., 3 de julho de 1953, p.1).

O líder da maioria, deputado Gustavo Capanema, está sabotando o inquérito da "*Última Hora*", na Câmara. Falta assim o cumprimento da palavra solenemente empenhada no sentido de votar o projeto no princípio deste mês. Este compromisso foi assumido perante o líder da minoria, deputado Afonso Arinos, e o líder da campanha da "*Última Hora*", deputado Armando Falcão. Ambos acreditaram na palavra do líder do governo (OUTRA VEZ..., 10 de dezembro 1953, p.1)

Esta seria uma abordagem natural, quando se pensa que o maior implicado no escândalo, Samuel Wainer, não exercia nenhum cargo político. No entanto, a referência direta ao partido não é feita nem mesmo quando se relaciona aos deputados federais, ou mesmo ao presidente da República. Mesmo na *Última Hora*, que ao longo do escândalo focou seus esforços em colocar Assis Chateaubriand no centro do debate, algo semelhante acontece. Chateaubriand foi senador entre 1952 e 1955 (PSD/PB) e entre 1955 e 1957 (PSD/MA).

A maior parte dos trabalhos de ontem foi gasta na discussão acêrca dos caminhos que podem ser utilizados para a convocação do Sr. Assis Chateaubriand. Diante da condição de senador do dono dos "Diários Associados", a comissão está inclinada, na sua maioria, a endereçar um pedido à Mesa da Câmara, a fim de que esta oficie a Mesa do Senado, convocando o Sr. Assis Chateaubriand para depor (REQUERIDA AO SENADO..., 21 de novembro de 1953, p.3).

Em relação às narrativas escandalosas, ainda não estava disseminado o uso da referência ao partido cada vez que um político é mencionado em uma matéria, intui-se. Mas essa relação não é feita nem ao longo da matéria. Não são colocadas em perspectiva a vinculação partidária em relação às ações realizadas, boas ou ruins. Isso tudo, ressalta-se, dentro do contexto da CPI da *Última Hora*. Quando as matérias se referem aos trâmites políticos que não estão relacionados ao escândalo, há referência ao partido normalmente.

Nesse sentido, é coerente apontar que há indícios para se pensar no personalismo como uma forma narrativa recorrente nas narrativas do escândalo da CPI da *Última Hora*.

O personalismo como forma está ligado a uma compreensão estrutural da política, em que não apenas o presidente se encontra no topo dessa estrutura, mas também que as relações entre pessoas parecem prevalecer sobre as relações entre partidos ou ideologia. A disputa – política e simbólica – em jogo à época poderia ser resumida entre varguistas e anti-varguistas, personalizadas no escândalo no embate entre Wainer e Lacerda.

Nesse contexto, observou-se que uma das principais questões que envolvem as narrativas escandalosas de 1953, no que concerne à forma, é: onde está o presidente e o que a sua presença/ausência nos diz? Inicialmente, o que se percebe é que há uma presença silenciosa de Vargas. Diz-se presença silenciosa porque ele é citado algumas poucas vezes diretamente, sendo relacionado ao caso *Última Hora*. No entanto, há sempre uma menção velada a seu nome, que remete às próprias bases do escândalo: todo o imbróglio só aconteceu porque Vargas precisava de expresso apoio midiático.

Esses indícios apontam para a interpretação de que havia uma intenção de vincular Vargas ao escândalo da *Última Hora* como uma maneira de minar seu governo, de tornar o *impeachment* uma saída viável e necessária. Mas essa vinculação não foi explícita. Por vezes, Vargas era mencionado apenas como alguém próximo a um participante da CPI. Em outras palavras, não há ação que lhe vincule, mas ele é um espectro que circunda todas as ações. Ele é o “governo”, a maior das abstrações políticas, embora ainda bastante palpável. Mais uma vez, nas narrativas da *Tribuna da Imprensa*:

Wainer tem um último recurso e pretende usá-lo como derradeira arma: envolver os srs. Euvaldo Lodi, Francisco Mattarazzo, Lourival Fontes, Lutero Vargas e até o próprio presidente da República. Para ver se escapa, procurará salvar-se pelo pânico político que as suas acusações contra essas pessoas provocaria, obrigando-as a correr em seu socorro (OU WAINER DIZ..., 4-5 de julho de 1953, p. 2).

A responsabilidade de Vargas, no entanto, era indireta. Especulava-se o quanto ele sabia a respeito do caráter do então presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet, por exemplo. Na *Tribuna da Imprensa*, o nome de Vargas foi suscitado em três tipos de situações: 1) no início do escândalo, quando acusou-se Wainer de tentar se beneficiar de sua proximidade com o presidente para fugir das consequências da CPI; 2) no meio da CPI, quando as narrativas no jornal se voltaram para discutir se o presidente iria se pronunciar, e agir, diante das descobertas da CPI; 3) ao final, quando se discutiu se ele

tinha conhecimento sobre o caráter duvidoso de Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil, já que ele vinha de longa relação com Vargas.

As conclusões da comissão parlamentar de inquérito da “Última Hora” revelam um caso em que se procurou usar do poder econômico do Estado como elemento de pressão sobre a imprensa livre” – declarou na Câmara o deputado Herbert Levy, que disse também não ter a menor dúvida sobre a responsabilidade do senhor Getúlio Vargas (CONDENADO..., 12-13 de dezembro de 1953, p.3).

Diante desses indícios, poderíamos resumir que a mentalidade escândalo, na década de 1950, se apropria de uma forma de julgar que é própria da visão personalista que se tem da política. Essa visão, nos estudos de jornalismo, especificamente, tem sido discutida a partir da pouca contribuição que tende a dar ao debate político. Focada nas pessoas, nos personagens políticos mais do que em ideias, diz-se (RUBIM, 2002; MIGUEL, 2008), o personalismo teria pouco a acrescentar ao enfrentamento dos problemas, proposição de novos caminhos e soluções de crises. O pensamento no coletivo é eclipsado por questões tidas como menores, tais como intrigas pessoais.

37

2) *Indícios de uma polarização entre democracia e uma realidade política autoritária (democrática/autoritária)*

Falar sobre a modernização do jornalismo brasileiro, olhando para o escândalo da CPI da *Última Hora*, é quase uma armadilha. Primeiro porque, ao reconhecer o caráter difuso desse processo de transformação do jornalismo, reconhece-se que ele pode não estar presente de forma efetiva no período analisado, em 1953, quando comparado às coberturas sobre escândalos políticos atuais. Ao menos não com a força que se espera. Segundo porque a própria ideia de “modernização” evoca problematizações que precisam ser encaradas, como exposto por Barbosa (2007) e Ribeiro (2003).

O interessante de ser destacado, no entanto, é como a representação de um escândalo político, à época, pode ser incorporado ao entendimento desse processo de modernização. O escândalo, exemplificado aqui pela CPI, pode ser compreendido como um dos elementos que fizeram parte do gradual processo de mudança do jornalismo. Isso, admitindo-se que esse processo, de fato, marca uma alteração na maneira como o jornalismo brasileiro passou a ser feito – estilisticamente falando – e a demonstrar os seus compromissos sociais e políticos.

É de se destacar também, nesse contexto, as negociações que são impressas nesse momento em relação à defesa da democracia. Afinal, esse elemento estaria presente em todos os outros escândalos. Escancarando uma utilidade, ressaltamos.

Ademais, o autoritarismo jornalístico é outro traço importante. As narrativas jornalísticas apresentam essa característica de normatizar, de cima para baixo, a estrutura social. Com o que a mentalidade propõe como escândalos não seria diferente. Pois, junto a essas narrativas está a moralização das ações, que atua como um guia para o autoritarismo. Esta, obviamente, não é a única guia, mas é a que mais se evidencia nas narrativas escandalosas.

Tendo isso em vista, a questão que se torna sensível aqui é demonstrar que, no escândalo de 1953, na CPI da *Última Hora*, já é possível identificar indícios do que, anos depois, se tornaria uma das principais convenções do jornalismo brasileiro e sua mentalidade escândalo, que é a forma narrativa que preconiza que o exercício jornalístico está preocupado com a manutenção da democracia.

Assim, em 9 de julho de 1953, lê-se em uma das cartas que, comentamos anteriormente, eram trazidas diariamente pelo *Tribuna da Imprensa*, para corroborar seu posicionamento combativo: “quero trazer os meus aplausos ao destemido jornalista que combate o bom combate em guerra contra o suborno e a corrupção daqueles que desviaram a verdadeira finalidade da imprensa” (APOIO DE..., 9 de julho de 1953, p. 2). Já em outra manifestação de apoio, dessa vez vinda da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, o jornal destaca a fala de Aníbal Espinheira, que parabeniza o jornalista Carlos Lacerda pela campanha e que espera ter, o quanto antes, “a democracia garantida por um dos seus grandes baluartes, que é, sem dúvida, uma imprensa livre e consciente” (MOVIMENTO, 5 de agosto de 1953, p. 3).

Em meio às denúncias e especulações diárias feitas por Carlos Lacerda, na *Tribuna da Imprensa*, o jornal de Samuel Wainer tentou se proteger de duas maneiras principais. Ao mesmo tempo em que apresentava explicações para as acusações de seu adversário, buscava atingir os personagens principais que motivavam as narrativas escandalosas a seu respeito: todos os representantes da imprensa anti-varguista da época. Seu intuito era expor os diretores e proprietários dos jornais do Rio de Janeiro, sob a justificativa de que era preciso uma CPI que se investigasse as relações do Banco do Brasil com todos os veículos de mídia da época – e não apenas o *Última Hora*. A sua bandeira de luta, em prol da democracia, também estava relacionada ao pleno

funcionamento das instituições jornalísticas. Em uma matéria do dia 17 de julho, lê-se o seguinte:

Os diretores e proprietários de diversos jornais do Rio de Janeiro, em nota hoje divulgada, consideraram os debates surgidos em torno das investigações que vêm sendo procedidas para apurar as relações da imprensa falada e escrita com o Banco do Brasil⁷, como um fato que atenta contra a liberdade de imprensa (122 DEPUTADOS..., 17 de julho de 1953, p. 1).

Observa-se, portanto, que a questão da credibilidade jornalística e da necessidade do exercício jornalístico para a manutenção da democracia não aparece, nesse momento, formuladas da maneira como nos acostumamos a ver, hoje em dia. No entanto, a discussão sobre a moralidade dos atos já se encontra presente.

Em uma lógica pré-Watergate, todas as questões morais levantadas pelos meses em que a CPI se desenrolou foram destinadas a Wainer e ao próprio Banco do Brasil. Pela impossibilidade de conectar diretamente o presidente Vargas à série de desvirtuamentos do uso do dinheiro público, as denúncias veiculadas na *Tribuna da Imprensa* não poderiam desencadear um processo de *impeachment*.

O poder executivo, inclusive, só passa a se mostrar consistentemente nesse debate depois de algum tempo. Para a *Tribuna da Imprensa*, o presidente se manifesta porque foi incitado a isso pelas demandas feitas no próprio jornal. As decisões sobre o que escandaliza e até onde se pode ir ao expor ações contraventoras parecem estar sendo testadas.

O que é significativo de se perceber na observação de como a CPI da *Última Hora* foi constituída na imprensa é que o escândalo político é uma narrativa normatizadora que serve aos propósitos da época: consolidar o lugar privilegiado do jornalismo como narrador desses eventos; estabelecer formas narrativas polarizadas como elementos constitutivos do que o jornalismo estabelece como sendo o escândalo; e, ao fazê-lo, estabelece também as bases para a mentalidade escândalo que vai ser acionada a cada vez que uma série de eventos puder ser classificada como escandalosa.

⁷ Note-se que as menções da *Última Hora* à CPI são feitas com base na resolução nº314/1953, que investigava as relações de toda a imprensa, falada e escrita, com o Banco do Brasil nos últimos dez anos. Já na *Tribuna da Imprensa*, a referência é a resolução nº313/1953, que tratava especificamente da relação entre o grupo Érica, que detinha o jornal *Última Hora*, e o Banco do Brasil.

Considerações finais

E é no imbricamento desses contextos, o político-social e o de reestruturação do jornalismo – e de sua autopercepção – que se vislumbra que o ideal jornalístico “moderno” se associa com o desenvolvimento e consolidação das democracias liberais. Nesse entendimento, neste artigo, tratamos de como o jornalismo se coloca como uma peça fundamental para a manutenção da democracia, principalmente quando evoca e vê ser evocado o discurso da liberdade de imprensa para o pleno funcionamento democrático.

Tendo identificado as quatro fases do escândalo, de acordo com as bases propostas por Thompson (2002), e relacionado com o desenrolar da trama escandalosa da CPI da *Última Hora*, tentamos ressignificar o olhar sobre o próprio papel do escândalo, a fim de demonstrar que a perspectiva de mentalidade escândalo (CÂMARA, 2019) parece suportar mais as contradições dessas narrativas do que as prévias sistematizações que partem do pressuposto de um sentido natural.

Para Bird (1997, p. 101), “o primeiro passo para compreender o papel do escândalo é reconhecer que esse tipo de notícia está invariavelmente na forma de ‘estória’”. A autora afirma isso fazendo uma oposição ao que chama de “forma concisa”, que estaria relacionada à pirâmide invertida, à notícia na maneira como se habituou a conceber o jornalismo moderno. O lugar da “estória”, no jornalismo moderno, ao menos nos espaços reservados para as “notícias propriamente ditas”, estaria posto em segundo plano. Aos poucos, o ideal de notícia como forma “concisa” estaria disseminado e seguiu-iria parecer a opção mais segura.

O que se buscou explicitar, ao trazer essas abordagens em relação à cobertura de escândalos políticos, foi que o foco em se identificar uma utilidade para essas narrativas tem sido o ponto principal das análises sobre escândalos políticos. As fases dessas narrativas, sistematizadas por Thompson (2002) e descritas anteriormente, servem bem a esse propósito. Com fases previamente delimitadas, torna-se mais fácil propor uma compreensão de que essas narrativas podem aproximar ou afastar os cidadãos da experiência política, por exemplo, já que tendem a coincidir com um roteiro prévio do que se espera desses relatos.

E o que se espera, hoje, é que haja indícios para naturalizar a relação entre democracia e imprensa. Essa ideia de que o escândalo político serve para reforçar um papel a ser desempenhado pela imprensa – o que envolve também o sentido de almejar

desempenhar tanto quanto o de realmente fazê-lo – torna-se particularmente sensível nessa perspectiva.

Esse olhar utilitário é uma inscrição interessante conferida às narrativas de escândalos políticos. E se relaciona inteiramente com o ideal de viés “moderno” que o jornalismo trilhou – com sua marca intrinsecamente voltada para os mercados. Não há como se pensar em uma atividade, um comportamento, uma maneira de pensar que, não estando alinhada com a manutenção da estrutura capitalista, possa ter vida longa (CÂMARA; MELO, 2018). E é dessa forma que temos pensado os escândalos políticos. Mas essa também tem sido uma forma limitante, já que oferece uma utilidade a essas narrativas, mas não enxerga outras possibilidades para além disso.

Referências

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa Brasil-1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2007.

BIRD, S. Elizabeth. What a story! Understanding the audience for scandal. **Media scandals: morality and desire in the popular culture marketplace**, p. 99-121, 1997.

CÂMARA, Clara Bezerril. **A “mentalidade escândalo”: uma análise das narrativas de malfeitos a partir das polarizações suscitadas pelo jornalismo brasileiro**. 2019. 260 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

CÂMARA, Clara BEZERRIL; MELO, Seane. Escândalo como narrativa útil: repensando a relação entre jornalismo e democracia. **Logos**, v. 25, n. 2, p. 166. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/37082/28303>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CONGRESSO NACIONAL. Estados Unidos do Brasil. Diário do Congresso Nacional. Quarta-feira, 3 de junho de 1953. Ano VIII, nº 105.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1946. Disponível em: <<https://bit.ly/3T3bqDc>>. Acesso em: 2 de abr. 2017.

DE ABREU, Alzira Alves; LALTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. IN: GOMES, A. de C. (Org.) **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumaráz, 1994.

DINIZ, Lília. “Última Hora *Última Hora*, 60 anos”. **Observatório da Imprensa**. Edição 669. Disponível em: < <http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/lt-i-gt-ultima-hora-lt-i-gt-60-anos/>>. Acesso em 3 de fev. de 2018.

GOULART RIBEIRO, Ana Paula. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950?. **C-Legenda-Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual**, n. 08, 2002.

GOULART RIBEIRO, Ana Paula. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 31, p. 147-160, 2003.

MENDONÇA, Maria Gusmão de. Imprensa e política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da Última Hora. **Histórica, Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. São Paulo, n. 31, p. 1-22, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/311YXTP>>. Acesso em 10 abr. 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. A mídia e o declínio da confiança na política. **Sociologias**, v. 10, n. 19, 2008.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 31, p. 147-160, 2003.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Das visibilidades das eleições de 2002: uma reflexão acerca dos enlaces entre política, mídia e cultura. **Comunicação&política**, n.s., v.IX, n.3, p. 191-065. 2002.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

ZELIZER, Barbie. Journalists as interpretive communities. **Critical Studies in Media Communication**, v. 10, n. 3, p. 219-237, 1993.

Jornais citados

122 DEPUTADOS desejam que se apure tãda a verdade sãbre a imprensa. Última Hora. **Última Hora**, Rio de Janeiro, ano III, n. 642, p.1, 17 de julho de 1953.

APOIO DE todo o país à campanha contra a “Última Hora. **Última Hora**”. **Tribuna da Imprensa**. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano V, n. 1076, p.2, 9 de julho de 1953.

CONDENADO Getúlio no tribunal da Opiniãã Pública. **Tribuna da Imprensa**. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano V, n. 1208, p.3, 12-13 de dezembro de 1953.

MANOBRA ou inocência? **Tribuna da Imprensa**. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, ano V, n. 1071, p.1, 3 de julho de 1953.

MOVIMENTO. **Tribuna da Imprensa**. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano V, n. 1099, p.3, 5 de agosto de 1953.

OU WAINER DIZ a verdade ou Castilho Cabral chama a polícia. Tribuna da Imprensa *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano V, n. 1072, p.2, 4-5 de julho de 1953.

OUTRA VEZ Capanema sabota o inquérito da “Última Hora *Última Hora*”. Tribuna da Imprensa *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano V, n. 1206, p.1, 10 dezembro 1953.

REQUERIDA AO SENADO pela Câmara a Inquirição de Chateaubriand!. Última Hora *Última Hora*, Rio de Janeiro, ano III, n. 750, p.3, 21 de novembro de 1953.

SE NÃO É CÚMPLICE da ladroeira, deve o govêrno puni-la. Tribuna da Imprensa. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano V, n. 1096, 1-2 de agosto de 1953, p.1.

Submissão: 24 de ago. 2021

Aceite: 7 de mar. 2023.

Revisão bibliográfica de estudos acerca da cobertura jornalística das políticas de segurança pública no Brasil

Maíra Mendonça Cabral¹
Rafael da Silva Paes Henriques²

Resumo

Este artigo propõe a realização de um mapeamento dos estudos acadêmicos desenvolvidos no Brasil acerca da cobertura jornalística das políticas de Segurança Pública. Entende-se que o jornalismo deve estar a serviço do interesse público, sendo um espaço fundamental para o debate de políticas de segurança, tendo em vista que a preocupação com o tema é compartilhada por todos os cidadãos, ainda que a partir de diferentes percepções. A revisão bibliográfica indica que a imprensa, ao se aprofundar pouco nos temas, priorizando a reprodução do discurso estatal e negligenciando a pluralidade de vozes, não mostra a complexidade e o papel de políticas públicas bem estruturadas na área, focando sua cobertura nas estratégias de repressão policial.

44

Palavras-chave: Jornalismo. Segurança Pública. Políticas Públicas.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e graduada em jornalismo pela mesma instituição. E-mail: mairamcabral@gmail.com.

² Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Possui graduação em Comunicação Social/Jornalismo (2003) e em Filosofia (2012) pela mesma instituição, mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho (2008), doutorado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2012) e Pós-doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2019). E-mail: rafael.henriques@ufes.br.

Bibliographic review of studies about journalistic coverage of public security policies in Brazil

Abstract

This scientific paper proposes to carry out a mapping of academic studies developed in Brazil on the journalistic coverage of Public Security policies. It is understood that journalism must be in the service of the public interest, being a fundamental space for the debate of security policies, considering that the concern with the subject is shared by all citizens, albeit from different perceptions. The bibliographic review indicates that the press, when delving a little deeper into the themes, prioritizing the reproduction of state discourse and neglecting the plurality of voices, does not show the complexity and role of well-structured public policies in the area, focusing its coverage on repression strategies policeman.

Keywords: Journalism. Public Security. Public Policy.

45

Introdução

Este artigo tem como propósito fazer uma revisão bibliográfica de pesquisas acadêmicas desenvolvidas ao longo dos últimos anos sobre a cobertura jornalística acerca das políticas de segurança pública no Brasil. Para tanto, temos como ponto de partida a premissa de que o jornalismo, enquanto um campo dotado de compromissos éticos e de uma deontologia própria, deve ser guiado em direção ao interesse público, a fim de promover a cidadania (GENTILLI, 2005; GENTILLI; DUTRA, 2016, BUCCI, 2015).

Silva (2010) destaca que o jornalismo, seja ele feito a serviço do estado ou para fins empresariais, por mais seja atravessado por um jogo de forças impostas pelas instituições, que disputam o controle social, não perde de seu horizonte sua vocação para a utilidade pública, para desempenhar o serviço público, que é justamente o que confere a ele a legitimidade para ocupar o lugar que ocupa socialmente.

E que lugar seria esse? O lugar de mediador entre os fatos e a sociedade, o lugar de uma instituição, um campo (BOURDIEU, 1995), uma atividade profissional com poder de agendamento (MCCOMBS; SHAW, 1972), capaz de definir, inclusive, por conta de seus recursos técnicos, quais os assuntos e os recortes dos mesmos se transformarão

em notícia, ganhando amplificação ao circularem socialmente e gerando impacto público (GUERRA, 2008).

Em um contexto democrático, com vistas à emancipação social, a capacidade que o jornalismo tem de auxiliar os cidadãos para o exercício de sua cidadania, e portanto, de gerar impacto, é fruto do modo como as notícias são apropriadas coletivamente, o reflexo da notícia em movimento. Jornalismo enquanto forma de conhecimento (GENRO FILHO, 1987; SPONHOLZ, 2009; BENETTI, 2010) deve ser entendido como uma prática que coloca o máximo de informações possíveis à disposição do público, mas deixando espaço vazio a ser preenchido pela reflexão, por uma apropriação coletiva dos fatos que pode resultar em recusa, aceitação, ação, mobilização.

É nessa perspectiva que enxergamos o jornalismo como uma instituição necessária para que a população esteja a par de assuntos que estão diretamente ligados à sua vida e ao bem-estar social. Como defendem Gentili e Dutra (2016), quanto mais bem informada uma sociedade é, mais forte há de se esperar que seja a democracia.

Não há como se pensar, então, em um jornalismo que não fale, não discuta, não questione as políticas públicas. Para que esse papel seja cumprido, Silva (2010) destaca que as notícias veiculadas pela imprensa precisam ir além do valor-notícia, ou seja, daquilo que é enxergado dentro das rotinas das redações como um fato relevante para ser transformado em um conteúdo jornalístico. É preciso que exista, nas palavras do autor, um valor de diagnóstico (SILVA, 2010 p. 25), que explore o que está além da superfície. Para o autor, o diagnóstico da informação dará subsídios necessários para que os cidadãos sejam capazes de fazer suas escolhas sobre as políticas.

Os subsídios adequados às decisões em questão devem abranger com clareza e amplitude as questões centrais envolvidas, prestando-se tanto à tarefa de proporcionar a identificação dos assuntos sobre os quais é preciso possuir perspectivas embasadas, quanto ao próprio processo de construção de posicionamentos, com dados integrais, balizas, comparações, prognósticos etc. (SILVA, 2010, p. 25).

Silva (2010) destaca ainda que, em um ambiente informacional democrático, o jornalismo precisa oferecer dados suficientes (e aqui estamos falando de qualidade e não de quantidade) para que as pessoas consigam perceber as políticas como consequências de escolhas e de compensações. Quando essa percepção não acontece, tem-se como resultado uma visão superficial, que não permite que as pessoas vejam a conjuntura de um sistema político. A qualidade da notícia depende, portanto, de seu grau de

abrangência, que é o que vai possibilitar que os cidadãos façam reflexões sobre a necessidade e as consequências da adoção de determinadas políticas.

Sobre isso, Porto (2004) ressalta que a mídia deve ser capaz de dar conta da pluralidade de perspectivas existentes em uma sociedade democrática. “Por esse motivo, os jornalistas devem ir além dos enquadramentos das fontes oficiais, incorporando as perspectivas da sociedade civil” (PORTO, 2004, p. 188).

Tais reflexões nos levam a questionar como os meios de comunicação vêm retratando as políticas públicas relativas especificamente à área de segurança. Para destacar a relevância do tema, Guerra (2010) lembra que o documento *Projeto Segurança Pública para o Brasil* aponta a violência criminal como um problema que afeta todos os segmentos da sociedade e, por isso, a segurança torna-se uma experiência compartilhada.

Ramos e Paiva (2007) destacam que duas pesquisas desenvolvidas pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, entre os anos de 2004 e 2006, para realizar um diagnóstico da cobertura sobre violência e criminalidade, já apontavam a baixa incidência de materiais jornalísticos referentes às políticas de segurança. A *Pesquisa Brasil* — que analisou 2.514 textos de *O Globo*, *O Dia* e *JB; Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* — apontou que as políticas de segurança foram foco das notícias em 3,6% do total dos conteúdos. Já a pesquisa *Rio* — que analisou 2.651 textos, ao longo do ano de 2006, de *O Globo*, *O Dia*, *Jornal do Brasil*, *O Povo*, *Tribuna da Imprensa*, *Meia Hora*, *O Fluminense* e *Extra* — mostrou que o assunto foi foco em apenas 4,2% do universo analisado. Tal constatação nos leva a questionar se, assim com a quantidade de publicações, a qualidade das informações veiculadas por tais políticas deixa, ou não, a desejar.

Já naquela época, porém, Ramos e Paiva constataram já ter havido uma evolução na imprensa em relação à cobertura da violência e da criminalidade por parte da maioria dos jornais e emissoras de TV, com a redução do uso de recursos sensacionalistas e de noções apelativas, entre elas, a diminuição do uso de fotos explícitas de violência e adoção de uma linguagem mais sóbria (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 18).

A partir da metade dos anos 1990, as autoras apontam que fatores como a escalada das estatísticas de homicídios, o aumento do número de vítimas entre a classe média e alta e a chegada de especialistas aos cargos de chefia, em secretarias de segurança, fizeram com que a pauta da segurança pública fosse incorporada pela imprensa para além da cobertura policial. Observam ainda que houve uma evolução em

relação à posição que esse tipo de cobertura e dos jornalistas que trabalham com ela ocupam nas redações.

Ainda assim, o caminho para uma cobertura de qualidade esbarra em desafios, como a necessidade de especialização dos jornalistas e a necessidade de maior pluralidade de fontes, que vão além das forças policiais (RAMOS; PAIVA, 2007).

Os jornalistas também reconhecem as mudanças à sua volta – mas percebem que elas ainda não são suficientes. No workshop Mídia e Violência, realizado pelo CESeC na Universidade Cândido Mendes, em outubro de 2006, o ombudsman da Folha de S. Paulo, Marcelo Beraba, sintetizou esta avaliação: “Eu comecei em 71, no Globo, e a prioridade era polícia; a gente fazia polícia o tempo todo. É nítida a evolução de lá para cá. Agora, se você comparar com as atenções que recebem, nas redações, áreas como economia, ciência e meio ambiente, essa evolução fica aquém do que aconteceu ou vem acontecendo nestas áreas. A área policial continua sendo um primo pobre, não só dentro da imprensa, mas também na sociedade e na Academia”, disse Beraba, também diretor da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo). Um dos aspectos citados pelo ombudsman para as limitações da cobertura policial é o fato de que as páginas dedicadas a este noticiário atraem menos anunciantes do que, por exemplo, as de economia – e, portanto, não oferecem o mesmo retorno às empresas jornalísticas (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 18).

48

A despeito dos avanços ocorridos, as autoras analisam que, ao se dedicar majoritariamente à cobertura factual, a mídia denuncia a gravidade da crise na segurança pública, mas, ao mesmo tempo, não usa o potencial que tem para ampliar o debate, assumindo uma postura dianteira, o que poderia levar à tomada de ações mais eficazes por parte do próprio Estado (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 26).

Tamanho potencial, segundo Porto (2009), vem do fato de a mídia se constituir como um relevante instrumento de elaboração de construções sociais, sendo, então, veículos privilegiados para a produção ou reprodução de crenças, valores, capazes de orientar condutas dos indivíduos. Tais representações elaboradas a partir da mídia poderiam subsidiar, de acordo com a autora, a formulação de políticas públicas para a área de segurança.

Diante de tais apontamentos e cientes da importância das atividades de crítica de mídia para acompanhar e balizar o processo de desenvolvimento do jornalismo, despertamos o interesse em saber como a cobertura das políticas de segurança pública têm sido feita pelos jornais e, ainda, se esse tema tem sido analisado pelos pesquisadores brasileiros.

Esta revisão bibliográfica, tem como foco dissertações, livros e teses, além de artigos publicados em conceituadas revistas acadêmicas brasileiras da área de comunicação. O levantamento foi realizado a partir de buscas em alguns dos principais buscadores de trabalhos acadêmicos: *Google Acadêmico*; plataforma *SciELO*; *Portal de Periódicos da Capes* e *Biblioteca Nacional Digital*. Para tanto, foram pesquisados termos considerados chaves para a dissertação em questão, todos correlacionados ao termo “jornalismo”. Pesquisou-se, portanto, termos como “jornalismo e segurança pública”, “jornalismo e políticas de segurança”; “cobertura, mídia e políticas de segurança pública”; “análise, jornalismo, políticas de segurança”.

Os artigos, que resultaram de tais buscas, foram catalogados e revisados, a fim de identificarmos quais, de fato, estavam relacionados à análise da cobertura jornalística de políticas públicas de segurança pública, tendo em vista que os resultados das buscas nem sempre são precisos. Para uma filtragem mais precisa, os trabalhos voltados para a cobertura jornalística sobre violência e criminalidade também foram excluídos, uma vez que o foco desta análise são pesquisas dedicadas às políticas de segurança pública.

Para ampliar as possibilidades de análise, também foi realizado um levantamento entre os artigos publicados ao longo dos últimos cinco anos (2016-2021), em edições de revistas científicas da área de comunicação com qualis A1 e A2, de acordo com a última classificação disponível, do quadriênio 2013-2016: *Matrizes* (Universidade de São Paulo); *Galáxia* (PUC-SP); *Contracampo* (Universidade Federal Fluminense); *Famecos* (PUC-RS); *Eco-Pós* (Universidade Federal do Rio de Janeiro); *Parágrafo* (Fiam-Faam); *Veredas* (Universidade Federal de Juiz de Fora); *E-Compós* (Brasília); *Intercom* (São Paulo) e *Lumina* (Universidade Federal de Juiz de Fora). Nesse levantamento, apenas um artigo voltado para o tema foi encontrado.

Ao final, então, o *corpus* de análise foi composto por nove trabalhos acadêmicos de autores brasileiros publicados entre os anos de 2010 e 2020: dois artigos publicados em revistas, três dissertações, três teses e um livro.

Tabela 1 - Publicações mapeadas sobre jornalismo e políticas de Segurança Pública

Publicações	Tipo	Instituição
Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora.	Dissertação	UFRJ
Narrativas de lei e ordem: Uma análise da cobertura de O Globo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora.	Tese	UFRJ
Onde estão os mortos?: Silenciamentos, discursos e os sentidos midiáticos da pacificação do Complexo do Alemão	Dissertação	UFF
A pacificação dos sentidos: mídia e violência na cidade em disputa	Livro	Rio de Janeiro
O dilema da intersectorialidade na política de segurança pública em Pernambuco: o discurso governamental e da mídia escrita nos anos 2007/2011	Tese	UFPE
Maré sitiada: o discurso midiático sobre a ocupação militar do Complexo da Maré	publicação em revista	USP
O sentido das UPPs: A cobertura de O Globo e as políticas de Segurança Pública	publicação em revista	E-Compós
A redução da idade penal no jornalismo de referência brasileiro: uma análise dos sentidos sobre segurança pública	Dissertação	UFRGS
Jornalismo de Segurança Pública: uma proposta de campo jornalístico especializado com foco em direitos humanos	Tese	UFRGS

Fonte: Elaborada pela autora.

Mapeamento

A ocupação das favelas cariocas por Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) é questão central em seis dos nove trabalhos analisados nesta pesquisa. Vejamos alguns resultados.

A cobertura do Jornal *O Globo* sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), política de segurança implantada pelo governo do Rio de Janeiro, foi objeto de análise de um trabalho contínuo de investigação desenvolvido na dissertação e na tese de doutorado de Pereira (2012; 2017).

Em sua tese, Pereira (2017) analisou textos jornalísticos publicados no jornal *O Globo* em dois períodos. Primeiro entre os anos de 2008 e 2014, quando foram analisadas 180 notícias. Depois, entre 2014 e 2016, quando foram selecionados 377 conteúdos. Os textos incluem reportagens, notas, artigos e sueltos sobre oito UPPs.

A partir da análise de enquadramento dos conteúdos publicados, o autor identifica que o discurso presente na maior parte das notícias admite a violência policial, que é justificada pela finalidade da pacificação em 80% dos conteúdos levantados. Além disso, em 61,5% dos conteúdos jornalísticos é reivindicada a imposição de mais lei e de mais ordem aos indivíduos em condição de incriminação, ou seja, moradores das favelas, onde as UPPs são instaladas e que são frequentemente relacionados ao tráfico e à criminalidade. Por outro lado, há um apagamento ou redução dos enquadramentos que expõem a violência policial (17,8%) ou buscam identificar quais são as causas estruturais para o crime (2,2%).

Já em relação às fontes mencionadas nas notícias sobre as UPPs, Pereira (2017) conclui a existência predominante de vozes ligadas ao próprio poder estatal. Mesmo quando os moradores das favelas falam nas reportagens, na maior parte das vezes eles parecem para reforçar ou endossar o discurso estatal.

É a partir de tais análises que Pereira identifica que o jornal O Globo contribuiu para legitimar discursivamente a atuação das UPPs, enquanto políticas públicas de Segurança, pelo fato de ressaltar os pontos positivos dessa política e ao mesmo tempo obscurecer os pontos negativos, que acabam sendo encarados como efeitos adversos da implantação de uma política pública necessária.

Em artigo publicado na revista *E-Compós*, em 2016, Vaz e Pereira (2016) debruçam-se novamente sobre a cobertura das políticas públicas de segurança pelo jornal *O Globo*. Os autores estabelecem um comparativo entre a cobertura do jornal sobre arrastões ocorridos na orla da cidade do Rio de Janeiro em setembro de 2015 e a morte do adolescente Eduardo Felipe Santos, assassinado por policiais militares no Morro da Providência. O objetivo é investigar como as notícias veiculadas pelo jornal, um dos principais da cidade, contribuem para a legitimação discursiva de uma política pública de segurança.

Ao analisar as reportagens, os autores identificam que vítimas de classe média são vistas como prioridade das políticas públicas de segurança, enquanto os questionamentos acerca da eficácia, da continuidade ou da necessidade de reavaliação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) não são feitos. A legitimação desta política de Segurança Pública se concretiza discursivamente por meio da escolha de fontes, dados estatísticos favoráveis a este ponto de vista e demais elementos, em detrimento de outros. De tanto que, no caso do assassinato do adolescente, os pesquisadores avaliam

que a morte é tratada no jornal como um efeito colateral dessa política, sem maiores questionamentos, inclusive sobre a possibilidade de arbitrariedade por parte da polícia.

A expressão “efeito colateral” é a mesma usada por Souza (2015, p.181) ao analisar o discurso jornalístico sobre a ocupação policial no Complexo da Maré, conjunto de favelas localizado na zona norte do Rio de Janeiro. Segundo Souza (2015), a imprensa naturaliza mortes ocorridas durante o processo de ocupação como mero efeito colateral da política, numa tentativa de pacificação das relações sociais, que tem como característica a transmissão de uma ideia que o processo foi amplamente aceito pela população.

Do mesmo modo, Vaz e Pereira (2016) concluem que o Jornal *O Globo* contribuiu para consolidar a ideia de que há uma necessidade de aplicação da lei e da ordem nas favelas do Rio de Janeiro. E sendo assim, a política pública volta seu rigor punitivo recaindo sobre os moradores da favela, encaixados em um perfil de sujeição criminal pela associação entre favela, tráfico e criminalidade. Em função disso, a violência por parte da polícia é tratada como “um mal necessário” (VAZ; PEREIRA, 2016, p. 12) para que a pacificação das favelas aconteça.

Onde estão os mortos? É com esse questionamento, que dá nome à dissertação, que Lima (2015) questiona os efeitos do discurso do Jornal *O Globo* sobre a compreensão da primeira fase de implantação das UPPs no Complexo do Alemão. É a partir desta frase que a autora evidencia um dos pontos principais de sua pesquisa: o silenciamento do veículo de comunicação diante do aumento da violência ocasionado pela nova política de segurança pública.

Lima (2015) chega a esta conclusão após passar dois anos indo presencialmente à favela para acompanhar o processo nomeado de “pacificação” pelo jornal. A vivência cotidiana a levou a identificar que a percepção dos moradores e o discurso do jornal do globo diante das UPPS são opostas. Enquanto para os membros das comunidades, a inserção do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais) no Complexo do Alemão descentralizou, mas não eliminou o tráfico e contribuiu para uma maior mortandade de jovens (LIMA, 2015, p. 252), em função dos constantes conflitos policiais, *O Globo* bate na tecla de uma instauração da paz a partir deste mesmo processo. A autora questiona o silêncio existente no discurso, que para criar uma história de paz, omite a realidade violenta, a letalidade do próprio estado (LIMA, 2015, p. 255).

O discurso de vitória da pacificação foi construído a partir da dualidade do “bem” e do “mal” agendada por uma “aura do medo” convocada pelo enquadramento de suspeição dado à favela como “território inimigo” e, conseqüentemente, a todos os sujeitos viventes nestes espaços. O *Globo* fez uso de medos válidos para potencializar a sensação de insegurança projetada pelo discurso bélico presente na sua cobertura jornalística, promovida pela estética narrativa que nomeou de “A Guerra do Rio”, espraiando o medo e a figura de um “inimigo” para todos os espaços da cidade do Rio de Janeiro, incluindo a própria favela. Afinal, se o inimigo não é mais só o Comando Vermelho ou qualquer outro grupo varejista de drogas em favelas onde se instalaram bases da UPP, o “inimigo” pode ser todos e qualquer um: até o seu vizinho. Quebra-se de forma concreta a sociabilidade da favela constituída por estratégias de sobrevivência pela “aura do medo” (LIMA, 2015, p. 256).

As estratégias discursivas adotadas pelo RJTV durante a cobertura das ações de ocupação das favelas do Rio de Janeiro são tema de A “pacificação” dos sentidos, livro do professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Kleber Mendonça (2018). A obra faz uma análise discursiva das notícias veiculadas pelo telejornal no período anterior à realização da Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016.

Ao analisar as reportagens sobre a fase de ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, o autor mostra como o telejornal, que tem um discurso de autoridade, produz efeitos de sentido favoráveis às ações de pacificação, enfocando principalmente aspectos como a chegada da paz, a possibilidade de retomada dos serviços essenciais nas comunidades, o potencial turístico, a valorização imobiliária. Ao mesmo tempo, ao explorar as escolhas discursivas feitas pelo jornal, Mendonça (2018) observa a falta de espaço para a voz crítica de quem habita as favelas ocupadas. É com base em tais elementos de análise evidencia como a imprensa assume caráter ideológico favorável a essa política pública por meio de seu discurso.

Intersetorialidade frágil

Mendonça (2014) buscou investigar como a intersectorialidade da política pública de segurança de Pernambuco se materializa no discurso do governo do estadual e dos três principais veículos de imprensa do estado. A análise documental de reportagens publicadas entre os anos de 2007 e 2011 leva o autor à percepção de que, tanto no estado quanto na imprensa, o discurso da intersectorialidade na política de segurança

aparece de forma frágil e incipiente em decorrência de uma visão restrita, que entende que a segurança pública deve estar voltada apenas para a garantia dos direitos à vida e ao patrimônio e acaba por resumir as ações à esfera policial.

No que diz respeito aos jornais, Mendonça (2014) observa que há uma tendência de reprodução do discurso difundido pelo governo estadual, que, por sua vez, assume uma postura dicotômica: apesar de admitir a relevância da intersetorialidade, acaba direcionando o enfoque de suas ações e posicionamentos em torno da perspectiva da repressão policial, deixando as ações de convergência com demais políticas públicas em segundo plano.

Mendonça (2014) observa ainda que, na imprensa, o discurso da intersetorialidade aparece justamente nas falas do estado. No entanto, temas intrínsecos à intersetorialidade, como a articulação entre políticas públicas, participação da sociedade, trabalho em rede e territorialidade, não são tratados nas matérias de jornais.

A mídia impressa, ao reforçar uma visão restrita de segurança, dissemina essas ideologias, atende aos interesses da burguesia, que não precisará abrir mão de seus privilégios para que sobre recursos a serem aplicados em ações de saúde, educação, trabalho, entre outras, a partir de uma visão ampliada de segurança. Enquanto a população acreditar que violência e insegurança se enfrentam com repressão e coerção não vai se mobilizar pela garantia do exercício de direitos humanos e de cidadania (MENDONÇA, 2014, p. 170).

Conforme aponta Dias (2016), jornalismo e segurança pública pertencem a campos sociais distintos, possuindo lógicas diferentes e estando situados, portanto, em formas discursivas distintas, o que os coloca em constante processo de negociação. Ao utilizar a análise do discurso para analisar a cobertura da *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, entre junho e julho de 2015, em relação à proposta de redução da maioria penal de 18 para 16 anos, a autora busca justamente identificar tal intersecção.

Consideramos este estudo para compor o *corpus* de análise das pesquisas desenvolvidas no âmbito da cobertura jornalística sobre políticas de segurança pública por entendermos que as políticas são formas desenvolvidas pelo Estado para dar respostas à sociedade em relação aos problemas vigentes e às suas demandas (MENDONÇA, 2014). Neste caso, trata-se especificamente da discussão em torno do tipo de punição a ser dada aos jovens infratores.

Ao identificar núcleos de sentido mapeados por sequências discursivas, Dias (2016) destaca que os três jornais se apresentam como importantes instituições de denúncia e de apontamento das falhas do Estado por apresentarem discussões importantes, como descumprimento das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as consequentes falhas do sistema socioeducativo, que acabam dificultando a reinserção dos jovens infratores na sociedade e gerando mais violência. Por outro lado, a pesquisadora ressalta a maior ênfase dada pelo jornalismo de referência à disputa política em torno do tema, que se configura como principal núcleo de sentido identificado na análise. Vale ressaltar que Dias (2016) não desconsidera a relevância do eixo político envolvido na discussão, mas destaca que um jornalismo voltado para o interesse social precisa ir além, denunciando os interesses escusos por trás do debate. Uma saída apontada pela autora e que vai ao encontro de apontamentos já feitos por outras pesquisas citadas neste trabalho, é a busca por pluralidade de vozes, que vai além da pluralidade de fontes.

55

[...] Garantir a pluralidade de opiniões e de vieses nos parece ser a saída para que o jornalismo contribua, de fato, para qualificar os debates sociais e propor políticas públicas mais eficientes do que as que aí estão para área. Apenas ouvindo outras vozes e voltando o olhar para outros espaços que não os essencialmente punitivos, o jornalismo será capaz de propor alternativas preventivas de segurança pública, que passam, necessariamente, pela expansão e garantia dos direitos de cidadania pelo Estado, como o à vida, à dignidade, à saúde, ao esporte, à cultura, ao lazer, à educação, à profissionalização, dentre tantos outros negligenciados em nome de políticas reativas e punitivistas que guardam pouco ou nada de efetividade (DIAS, 2016, p. 117).

Dias (2020), conforme já mostrado, dá continuidade aos estudos em sua tese, na qual defende a necessidade de formação de um jornalismo de segurança pública como um campo jornalístico especializado e com foco nos direitos humanos, o que, para a autora, demanda investimentos na formação dos profissionais da área acerca dos direitos humanos e na diversidade das redações, a fim de que as instituições jornalísticas sejam capazes de dar conta da complexidade da sociedade.

Considerações finais

Este estudo se propôs a catalogar e fazer uma revisão bibliográfica acerca de trabalhos acadêmicos voltados para a intersecção entre o jornalismo e as políticas de segurança pública. As pesquisas encontradas possuem uma série de pontos de

convergência e de complementaridade, a começar, por exemplo, pela identificação de um discurso ideologicamente favorável e pouco crítico em relação à ocupação policial em favelas. Destacam também a ausência da pluralidade de vozes, especialmente de vozes das próprias comunidades abrangidas por tais políticas de segurança, na cobertura jornalística.

Outro ponto relevante é a análise de que, ao renunciar à pluralidade, os veículos muitas vezes acabam tratando as políticas de segurança de forma superficial, deixando de abordar questões consideradas fundamentais para a implantação de políticas públicas de segurança, como é o caso da intersetorialidade apontada por Mendonça (2014). Os estudos concluem ainda que, ao reproduzir a versão do Estado, o jornalismo contribui para a manutenção de uma ideologia dominante, em que a repressão policial é encarada como o meio mais importante, senão o único, para o fim da violência, ao passo em que a garantia de direitos e de cidadania às populações periféricas não são exaltadas.

É preciso reconhecer, contudo, que o jornalismo exerce uma importante função de agendar os temas e colocá-los em circulação na sociedade. As críticas e constatações feitas por tais estudos, portanto, devem ser enxergadas em uma perspectiva de contribuição para o aperfeiçoamento das práticas jornalísticas, a fim de garantir que a imprensa cumpra com seu compromisso ético e deontológico de trabalhar em prol da cidadania. É a partir deste ponto de vista que enxergamos a crítica de mídia como uma atividade importante para o balizamento das instituições jornalísticas, a fim de que novos rumos sejam traçados a partir da colaboração entre pesquisadores, jornalistas e outros profissionais envolvidos no processo de produção das notícias.

Conforme apontam Guilherme Canela e Solano Nascimento (2009), o acesso à informação é condição basilar para a noção de democracia expressa pela Constituição Federal brasileira, uma vez que ela está vinculada à capacidade que os cidadãos têm de participarem do processo de tomada de decisões coletivas, que afetem suas vidas. É nesse contexto que os autores inserem a relevância do acesso à informação para que, a partir do controle social, as políticas públicas sejam potencializadas, desde seu planejamento até sua execução e avaliação. Tratando especificamente da área de segurança, como exemplo prático, os autores lembram da Lei 9.155/1995, que tornou obrigatória a divulgação de estatísticas trimestrais sobre ocorrências criminais registradas pela polícia por parte do governo de São Paulo.

Segundo Paulo de Mesquita Neto, doutor em ciência política e pesquisador sênior do Núcleo de Estudos da Violência da USP, falecido em 2008, em artigo publicado na *Folha de S.Paulo* (18/01/2002), desde a aprovação da lei, o governo e a sociedade civil podem monitorar e avaliar de forma mais efetiva a atuação da polícia, tanto do ponto de vista do controle da criminalidade quanto do respeito aos direitos humanos.

“Durante todos esses anos, a sociedade civil reivindicou a adoção e colaborou para a implementação dessas medidas. A mídia passou a divulgar amplamente as estatísticas apresentadas pela Secretaria da Segurança Pública e pela Ouvidoria. Os cidadãos passaram a perceber a importância de registrar ocorrências criminais nas delegacias e reclamações contra policiais na Ouvidoria da Polícia”, lembra o especialista (CANELA; NASCIMENTO, 2009 p. 65).

A imprensa, enquanto instituição historicamente ligada à disseminação da informação nas sociedades, ocupa um papel relevante ao estabelecer uma ponte entre as pessoas e as políticas governamentais. Para Guilherme Canela e Solano Nascimento (2009), a função ideal da imprensa é diminuir as “assimetrias informacionais” entre a população e os poderes constituídos, potencializando assim as possibilidades de *accountability* desses poderes, especialmente em razão das consequências que podem surgir da revelação dos fatos. Ao abordar temas relacionados às políticas públicas, a imprensa é capaz de fornecer informações contextualizadas, de atuar como fiscalizadora e de agendar os assuntos que circulam socialmente. Ressalta-se aqui os estudos de Proffes *et al* (1991), para quem o jornalismo investigativo tem a capacidade de atuar também na construção da agenda política, ou seja, influenciar nas tomadas de decisões das autoridades.

Contudo, as falhas no jornalismo brasileiro prejudicam as funções mencionadas anteriormente, inclusive pela falta de associação, na cobertura jornalística, entre os problemas sociais e as políticas públicas. Conforme mostram Solano e Canela (p. 119), análises de mídia conduzidas pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) mostraram que, entre 2000 e 2001, somente 4,8% da cobertura sobre violência foi feita segundo a perspectiva das políticas públicas.

Em artigo publicado no livro *Mídia e Violência* (RAMOS; PAIVA, 2007), Guilherme Canela, então coordenador de Relações Acadêmicas e de Pesquisas da Andi, pontuou que a cobertura qualificada da violência passa necessariamente, entre outros pontos, pela

apuração de políticas em curso, que são apresentadas como potenciais soluções para os problemas.

O levantamento feito nos ajuda a compreender justamente o universo de pesquisas que tentam dar conta de entender como as políticas de segurança vêm ganhando espaço no jornalismo, a fim de compreender quais lacunas de conhecimento ainda devem ser preenchidas.

Nesse sentido, destacamos a dificuldade para encontrar estudos que tratam dessa problemática no Brasil. Ainda que os estudos sobre mídia e violência sejam amplamente difundidos, os trabalhos voltados para a análise da cobertura midiática sobre políticas públicas de segurança são mais restritos. Dos estudos mapeados, mais da metade foram desenvolvidos na Região Sudeste, enquanto outras regiões não foram contempladas. Nota-se, assim, a necessidade de desenvolvimento de mais estudos na área.

Referências

BENETTI, Marcia. Análise de Discurso em jornalismo: estudo das vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **The political Field, the social science field and the journalistic field**. Aula para curso na Universidade Lumière Lyon 2. Lyon, 1995.

BUCCI, E. **O Estado de Narciso: A comunicação pública a serviço da verdade particular**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CANELA, Guilherme; NASCIMENTO, Solano (Coords.) **A157 Acesso à informação e controle social das políticas públicas**. Brasília, ANDI; Artigo 19, 2009. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/10/Acesso-a-informacao-e-politicas-publicas-de-controle-social-Guilherme-Canela.pdf> < Acesso em 4. mar. 2023>

DIAS. Anelise Schütz. **A redução da idade penal no jornalismo de referência brasileiro**: uma análise dos sentidos sobre segurança pública. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2016.

DIAS. Anelise Schütz. **Jornalismo de Segurança Pública: uma proposta de campo jornalístico especializado com foco em direitos humanos**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2020.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GENTILLI, Victor. **Democracia de Massas**: jornalismo e cidadania. Porto Alegre, EDIPUCRS. 2005.

GENTILLI, Victor; DUTRA, Luma Poletti. Arcana Imperi e Accountability: Jornalismo, Segredo e Transparência. In: GUERRA, Josenildo Luiz; ROTHBERG, Danilo; MARTINS, Gerson (orgs). **Crítica do Jornalismo no Brasil**: Produção, qualidade e direito à informação. Covilhã: Labcom.IFP, 2016.

GUERRA, J. L. **O percurso interpretativo na produção da notícia**: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

GUERRA, Josenildo Luiz. Avaliação de qualidade jornalística: desenvolvendo uma metodologia a partir da análise da cobertura sobre segurança pública. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). **Vitrine e vidraça**: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo. Covilhã: LabCom Books, 2010.

LIMA, Tatiana da Silva. **Onde estão os mortos?** Silenciamentos, discursos e os sentidos midiáticos da pacificação do Complexo do Alemão. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Mídia e Cotidiano) - Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3ZCCyvm> < Acesso em 4. mar. 2023 >

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. A função do agendamento dos media, 1972 In: TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

MENDONÇA, K. **A pacificação dos sentidos**: mídia e violência na cidade em disputa. Rio de Janeiro: Caravanas, 2018.

MENDONÇA, Marcelo Teles de. **O dilema da intersetorialidade na política de segurança pública em Pernambuco**: o discurso governamental e da mídia escrita nos anos 2007/2011. Tese (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2014.

OLIVEIRA, Pablo Moura Nunes de. **UPPs e Segurança Pública**: um estudo sobre o discurso midiático. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, 2012.

PEREIRA, Pedro. **Narrativas de lei e ordem: Uma análise da cobertura de O Globo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

PEREIRA, Pedro. **Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2004.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 211-233, jan.2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12599/14376> < Acesso em 4. mar. 2023>.

PROTESS, David L. et al. **The journalism of outrage** - Investigative Reporting and Agenda Building in America. The Guilford Press. New York, 1991.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SAMUEL, Kristopher-Jon Peter; FERREIRA JUNIOR, Sérgio do Espírito Santo; COSTA, Alda Cristina. O silenciamento do debate da segurança pública nas narrativas jornalísticas sobre violência na Amazônia paraense. **Revista Comunicação e Informação**, Goiânia, v.20, n.1, p. 149-169, jan./jun.2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/40240/23321> < Acesso em 4. mar. 2023>

SILVA, Luiz Martins da. O jornalismo como teoria democrática. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). **Vitrine e vidraça: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo**. Covilhã: LabCom Books, 2010.

SOUZA, R. da S. Maré sitiada: o discurso midiático sobre a ocupação militar do Complexo da Maré. **RuMoRes**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 169-184, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/98491> <Acesso em 4. mar. 2023>

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções**. Série Jornalismo a rigor V.4. Florianópolis: Insular, 2009.

VAZ, Paulo; PEREIRA, Pedro Barreto. O sentido das UPPs: A cobertura de O Globo e as políticas de Segurança Pública. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v.19, n.1, jan/abr. 2016. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1232/874> < Acesso em 4. mar. 2023>

Submissão: 30 de set. 2022

Aceite: 7 de mar. 2023.

“O show do eu” no *RNTV 1*: quando o telespectador é e produz notícia na televisão

Valquíria Aparecida Passos Kneipp¹
Renato Ferreira de Moraes²

Resumo

O artigo analisa mudanças estéticas no telejornal *RNTV 1ª Edição*, da INTERTV - RN, afiliada da Rede Globo em Natal (RN), a partir da inclusão de uma pauta de infotimento, imagens amadoras e de espaço para o telespectador. O recorte são duas edições do informativo. Utilizou-se a abordagem de Andrade (2018) a respeito do uso de imagens apócrifas no jornalismo e de Sibília (2008) sobre a inserção do indivíduo como protagonista, em Sodré (1975) sobre o ambiente festivo do telejornal e Dejavite (2014) sobre infotimento. Considerou-se que a estratégia, além de dotar o telejornal de um tom mais popular, sinaliza para novas estruturas do fazer jornalístico, um simulacro de auditório online para permitir uma participação do telespectador na pauta e na produção do noticiário.

Palavras-chave: Telejornalismo. Mídia. Imagens apócrifas. Show do eu. Infotimento.

61

¹ Pós-doutora em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp – Bauru), doutora e mestre em Ciência da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), graduada em Comunicação Social – Jornalismo (Unesp – Bauru), professora Associada de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: valquiriakneipp@yahoo.com.br

² Doutorando do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN); Mestre pelo mesmo programa. Especialista em Gestão da Comunicação Institucional pela Universidade Castelo Branco. Jornalista, graduado em Comunicação pela UFRN, E-mail: rmoraes132@gmail.com

“The me show” on *RNTV 1*: when the viewer is and produces news on television

Abstract

The article analyzes aesthetic changes in the newscast *RNTV 1st Edition*, from INTERTV - RN, an affiliate of Rede Globo in Natal (RN), from the inclusion of an infotainment agenda, amateur images and space for the viewer. The clipping is two editions of the newsletter. We used the approach of Andrade (2018) on the use of apocryphal images in journalism and Sibilía (2008) on the insertion of the individual as a protagonist, in Sodré (1975) on the festive atmosphere of the news and Dejavite (2014) on infotainment. It was considered that the strategy, in addition to providing the news with a more popular tone, signals new structures of journalistic work, a simulacrum of an online auditorium to allow the viewer to participate in the agenda and in the production of the news.

Keywords: Television Journalism. Media. Apocryphal images. Me show. Infotainment.

Introdução

Se jornalistas são escravos do tempo (TRAQUINA, 2005), veículos de comunicação são escravos da audiência, conforme Andrade (2018). A conquista da preferência popular no horário do meio-dia na TV aberta no Rio Grande do Norte tem gerado mudanças na estética do *RNTV 1ª Edição* ou *RNTV 1*, telejornal veiculado no horário pela principal emissora comercial do RN, a INTERTV - RN, afiliada da Rede Globo em Natal (RN). A emissora é líder de audiência no estado, no geral. A exceção é justamente o horário do almoço. Desde 2012, segundo Bezerra (2017), o *Patrulha da Cidade*, programa policial exibido pela TV Ponta Negra, afiliada do SBT no RN, ocupa o primeiro lugar. O telejornal da INTERTV é o segundo colocado.

O *Patrulha da Cidade* é um programa cuja pauta é centrada no “cidadão-vítima”, termo utilizado por Charaudeau (2010). “Observando-se a presença do cidadão de base nas mídias, percebe-se que ele aparece essencialmente sob duas figuras: a do cidadão vítima ou reivindicador, ou a do cidadão testemunha”

(CHARAUDEAU, 2019, p. 194, grifos do autor). No primeiro caso, só adquire importância se sofre injustiça ou é atingido por tragédias (pelo destino) ou quer brigar por uma reparação qualquer em relação a esses problemas. Ou deseja ser protagonista na cena pública em protestos, por exemplo. No segundo caso, conforme o autor, “são seres sem rosto, indivíduos sem personalidade, sem afetividade, sem opiniões, sem outra identidade a não ser a de testemunha. Essas testemunhas são pura enunciação e funcionam como um álibi para as mídias: autenticar os fatos ou comentários” (*ibid.*, 2019, p. 194).

Segundo Sena *et al.* (2018, p. 2), o *Patrulha da Cidade* é apresentado “de segunda a sexta-feira, ao meio-dia, por Cyro Almeida da Costa, mais conhecido como Papinha³. É o líder de audiência do canal, com alcance de mais de 55 mil domicílios na capital, segundo dados fornecidos pela emissora”.

Com a ressalva que programas populares não obedecem a um padrão rígido, ou seja, misturam num mesmo pacote mais de uma característica, Araújo (2006, p. 53-54) mapeou a presença “de pessoas comuns” inseridas na programação a partir de cinco situações-modelo: o circo, o tribunal-divã, a máquina de sonhos, os games e as vítimas.

Na primeira situação, a pessoa passa a ser exibida por suas características físicas fora da normalidade, além de vivenciar situações vexatórias no ar. Já o tribunal-divã resolve ou expõe problemas pessoais. Na máquina de sonhos, o indivíduo busca a realização de um desejo. Nos games, o participante é incluído em quadros em busca de prêmios (materiais ou de reconhecimento público). A circunstância de vítima se assemelha ao tribunal divã, porém o problema em questão é provocado por ela ter sido atingida por violência física ou simbólica.

No caso do *Patrulha da Cidade*, seriam as vítimas da ausência/ineficiência da segurança pública.

O programa pauta a cobertura informativa na ação policial, de forma histórica e sensacionalista, destacando atos infracionais cometidos no estado. Em grande parte dos casos, tal cobertura é pautada pela violação contra os princípios dos Direitos Humanos, assinados e ratificados pelo Brasil, bem como a Constituição Federal. São discursos que incitam à violência, ao ódio, em um espetáculo de

³ O *Patrulha da Cidade* permanece na programação da TV Ponta Negra, mas o apresentador Cyro Robson mudou de canal. Contratado em pela TV Tropical, afiliada da Rede Record no Rio Grande do Norte, estreou como âncora do *Balanço Geral* em março de 2022.

entretenimento bárbaro e grotesco que expõe pessoas e vítimas que estão sob tutela do estado, custodiadas, na forma de um “pré-julgamento” midiático (SENA *et al*, 2018, p.4, grifo dos autores).

Segundo Vasconcelos (2016), a INTERTV - RN, líder geral de audiência no Rio Grande do Norte, exhibe três telejornais diários em sua programação: *Bom Dia RN* (no ar a partir das 6h, com duas horas de duração), o *RNTV 1ª Edição* ou *RNTV 1* (exibido a partir de 11h45, até 12h55) e o *RNTV 2ª Edição*, o menor dos telejornais (das 19h15 às 19h30)⁴. A disputa pela audiência no horário do almoço e as mudanças na programação da emissora acarretaram alterações estéticas no *RNTV 1*, que em 2018 já havia estreado nova programação visual.

Com o acréscimo de tempo, houve mudanças na estética e também na linguagem do telejornal. Os repórteres passaram a compartilhar o sofrimento do cidadão transpondo poças de lama, tomando posição ao lado de moradores com problemas nas comunidades, inserindo um tom mais humorístico às pautas, tais como simular uma pescaria numa área de alagamento. No dia 29 de fevereiro de 2020, uma pauta sobre a falta de urbanização no bairro Planalto denunciava que os moradores são impedidos de utilizar as garagens por conta dos buracos nas vias públicas. Estimulado pela repórter, um morador encerra a pauta ao som do trompete interpretando a música “Se essa rua fosse minha”. Uma clara opção por um tom mais popular, um jornalismo de infotenimento (DEJAVITE, 2014). Também foram inseridas estratégias de incentivo à participação popular, como concursos de dança⁵, por exemplo.

Diante deste cenário, o objetivo do artigo é analisar mudanças estruturais e estéticas do *RNTV 1* tendo como recorte duas edições do telejornal separadas por um lapso temporal de 1 ano e 9 meses. Assim, busca responder como a emissora vem adotando uma linguagem mais popular na composição e na pauta do informativo, tendo em vista que essa é a principal característica de seu concorrente, a TV Ponta Negra, dentro de um cenário de disputa pela audiência no horário. A primeira edição, de 16 abril de 2018⁶, foi escolhida por questão técnica, sendo o

⁴ No início de 2019, o *Bom Dia RN* teve sua duração aumentada de 1h 30 minutos para 2 horas. Em seguida, o *RNTV 1* foi gradativamente aumentado dos originais 45 minutos para o atual formato, de 1 hora 15 minutos.

⁵ A final foi transmitida ao vivo, em 6 de agosto de 2019 e os bastidores do concurso transmitidos pelo G1, portal da emissora na internet.

⁶ Disponível em <https://bit.ly/3jKtswQ>. Acesso em 25 mar. 2020.

arquivo mais antigo encontrado na internet. O Grupo Globo disponibiliza os vídeos do telejornal no Globoplay, mas a busca permite retroceder apenas até 6 meses da data da pesquisa. A segunda é de 27 de janeiro de 2020⁷, na qual o telejornal já exibe uma nova estrutura.

Identificou-se, em análise preliminar, uma decisão editorial de cobertura da violência urbana, de uso de imagens apócrifas (de câmeras de vigilância) - termo cunhado por Andrade (2018) - ou enviadas por telespectadores, além da abertura de espaço para comentários de telespectadores recebidos por meio da internet. E, ainda, de uma abordagem festiva-humorística do cotidiano comunitário no telejornal.

Como referencial teórico, busca-se apoio em Andrade (2018) a respeito do uso de imagens apócrifas no jornalismo; e Sibilia (2008), sobre a superexposição do indivíduo no mundo digital, com contribuições de Debord (2003) a respeito do espetáculo como característica da sociedade moderna e Hjarvard (2012, 2014) sobre mídiatização.

Como metodologia utilizou-se procedimentos analíticos (EPSTEIN, 2015, p. 25) em que um discurso é transformado em outro. Ainda com referência a Epstein (2015, p. 26), os procedimentos percorreram a técnica quantitativa, considerada mais adequada para o caso em particular e em relação ao objetivo pretendido. A metodologia também é descritiva (BASTOS, 2008), na medida em que o estudo tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Recorreu-se, ainda, à pesquisa videográfica (estudo da atividade através de filmagens em vídeo), quanto à coleta do material e análise consistindo em decompor uma imagem, descrevendo-a e, posteriormente, estabelecendo as relações entre seus elementos descritos (PENAFRIA, 2009). Para análise televisual foram utilizados os conceitos de Araújo (2006) e França (2006) sobre programas populares na TV, com contribuições de Jost (2004), Sodré (1975).

⁷ Disponível em <https://bit.ly/3Ynd0lf>. Acesso em 25 mar. 2020.

Dê seu show e arrase

O ano é 1900. O jornalista G.R. Sims, do *The Referee*, descreve o comportamento de um grupo de turistas no topo de uma montanha dos Alpes suíços, conforme relatam Briggs e Burke (2006):

Chegamos diretamente ao cume, e todos correram para o hotel e disputaram os cartões-postais. Cinco minutos depois, cada um estava escrevendo para seus entes queridos. Creio que todos subiram não pela experiência ou pelo cenário, mas para escrever cartões-postais lá do topo (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 234).

Com o advento da internet, pode-se dizer que o cartão-postal ganhou versão digital com o *check-in*, publicação na qual o usuário marca sua posição geográfica nas redes sociais. Assim, muita gente ainda esquece o cenário para se inserir na cena e lembrar às outras pessoas que esteve por lá. Para Sibilia (2008), novos comportamentos em tempos de interconectividade digital e valorização da exposição individual estariam ligados a *O show do eu - a intimidade como espetáculo*, conceito que dá nome ao livro da autora argentina. Na obra, a pesquisadora teoriza sobre como a sociedade tem se articulado para valorizar essa postura de autoafirmação do cidadão ao se apresentar para o mundo, ser ouvido. E visto.

Das estrelas olímpicas de Morin (1997), que sempre tiveram a vigilância constante da mídia, até o que Sibilia (2008, p. 09, grifo da autora) chama de “súbito resgate do pequeno e do ordinário, do cotidiano e das pessoas *comuns*”, o ser visto tornou-se mais fácil com o advento da internet. E nesse ambiente o internauta não é apenas mais um mero visitante que não dita as regras da casa, conforme descreveu García-Canclini (2008).

Sibilia (2008, p. 27) analisa que a internet, além do inegável aspecto da dinâmica de transformação do espaço público, significou uma mudança vertiginosa, ainda inacabada. “A rede mundial de computadores se tornou um grande laboratório, um terreno propício para experimentar e criar subjetividades: em seus meandros nascem formas inovadoras de ser estar no mundo”. Assim, a rotina do cidadão comum se transforma em espetáculo midiático de um eu narrador, que faz de sua própria vida um relato ininterrupto.

E o espetáculo é o modelo de toda forma de informação, propaganda, publicidade ou entretenimento, como avalia Debord (2003). É característica principal

das sociedades sobre as quais reinam as condições modernas de produção. É uma visão de mundo, “não é conjunto de imagens, mas uma relação social entre as pessoas mediatizada por imagens” (DEBORD, 2003, p. 13).

Para o autor, há duas formas de espetáculo. O concentrado, característico dos regimes de exceção, na medida em que o capitalismo burocrático se utiliza das técnicas de propaganda através dos meios de comunicação e manifestações públicas. E o difuso, relacionado ao capitalismo moderno em sua lógica de consumo máximo, com o mercado utilizando a mídia para consolidar o fetiche da mercadoria.

A televisão é o modelo do espetáculo moderno, avalia Morin (1997), através da linguagem (mediada, distante e estrategicamente construída). Dessa forma, o autor considera o espetáculo, ao mesmo tempo, presença e ausência, ao criticar as formas de participação do usuário):

O espectador tipicamente moderno é aquele que se devota à *televisão*, isto é, aquele que sempre vê tudo em plano aproximado, como na teleobjetiva, mas, ao mesmo tempo, numa impalpável distância; mesmo o que está próximo está infinitamente distante da imagem, sempre presente, é verdade, nunca materializada. Ele participa do espetáculo, mas sua participação é sempre por intermédio do corifeu, mediador, jornalista, locutor, fotógrafo, *cameraman*, vedete, herói imaginário (MORIN, 1997, p. 70, grifos do autor).

67

No entanto, no capitalismo artista de Lipovetsky e Serroy (2015) em que toda criatividade é recompensada, há um mercado atento a esse novo usuário. “Tanto na internet quanto fora dela, hoje a capacidade de criação é sistematicamente capturada pelos tentáculos do mercado, que ataçam como nunca essas forças vitais e, ao mesmo tempo, não cessam de transformá-las em mercadorias” (SIBILIA, 2008, p. 10).

Estamos diante de um cenário em constante transformação. “O conceito-chave para a compreensão da influência da mídia na cultura e na sociedade é a midiatização”, defende Hjarvard (2012, p. 55). O autor adota o conceito de midiatização “para caracterizar uma determinada fase ou situação do desenvolvimento global da sociedade e da cultura no qual os meios de comunicação exercem uma influência particularmente predominante em outras instituições sociais” (HJARVARD, 2012, p. 61, grifos do autor). Um conceito que amplia o papel dos meios de comunicação como mudança social.

Neste sentido, privilegia a influência de outros atores e não apenas o desenvolvimento tecnológico como ator principal desse cenário de transformações, apesar de não excluir a tecnologia como precursora de mudanças. Uma delas seria a percepção das pessoas em torno do global e o local, na medida em que os meios de comunicação tornam eventos, antes distantes, mais próximos da realidade do cotidiano.

Mas de que modo esses novos comportamentos são absorvidos como pauta jornalística, num modo de produção de notícias antes mais rígido, mais autônomo e fechado em si mesmo? A resposta passa por uma série de aspectos, mas o nome de um quadro do *RNTV 1*, exibido em 2019, pode dar o tom de como o telejornalismo, especificamente no caso em estudo, incorporou as rotinas do telespectador ao seu sistema informativo: “Dê seu show e arrase”. Trata-se de um concurso de dança entre comunidades, organizado pela emissora e transmitido ao vivo no telejornal no dia 9 de agosto. Ao longo do concurso, repórteres do jornalístico viraram apresentadores-animadores e se envolveram literalmente na pauta, conforme a figura 2. Um clima de festa no bairro.

68

Figura 2. Captura de tela de transmissão ao vivo de etapa do concurso “Dê seu show e arrase”, exibido em 5 de agosto de 2019



Fonte: YouTube (2020)⁸

⁸ Disponível em <https://bit.ly/3jFMKDO>. Acesso em 25 mar. 2020.

Para Sodré e Paiva (2002), a televisão insere a festa num cenário de massificação, utilizando estratégias de identificação com o local.

[...] uma atmosfera sensorial (um *ethos*) de “praça pública”, no sentido trabalhado por Bakhtin, isto é, a praça como *feira livre* das expressões diversificadas da cultura popular (melodramas, festas de largo, danças, circo etc.) ou como lugar de manifestação do espírito dos bairros de uma cidade [...] (SODRÉ; PAIVA, 2002, p. 106, grifos dos autores).

Nesse caso, a festa tem animadores-repórteres⁹. Em um dos pioneiros estudos sobre programas populares, Micelli (1972, p. 51) vincula a imagem do animador (Hebe Camargo) a uma representatividade abastecida por “mecanismos de projeção e identificação”. Para Sodré (1975), a televisão, tal como o rádio, contribui para isso.

Os processos de *projeção* (o receptor desloca suas pulsões para os personagens do vídeo), *identificação* (o receptor torna-se inconscientemente idêntico a um personagem no qual vê qualidades que gostaria ou julga que lhe pertenciam) e *empatia* (conhecimento que o receptor tem do comunicador, colocando-se mentalmente em seu lugar) (SODRÉ, 1975, p. 60, grifos do autor).

69

Em programas policiais como o *Patrulha da Cidade*, concorrente do *RNTV 1* no horário, o apresentador é identificado a uma imagem de defensor do povo, analisa Aires (2014).

Há um novo componente nesse universo de entretenimento: a tecnologia, que mudou estruturas midiáticas e comportamentos. A internet transformou o rádio, os jornais impressos e a televisão. Da TV que formou consumidores no início dos anos 1950, em torno da qual se aglomeravam familiares e vizinhos diante do aparelho colocado em destaque na sala, muita coisa mudou. Hoje, assiste-se à TV como quem ouve rádio¹⁰, assiste-se à TV no cinema, no computador, no celular. Assiste-se à TV sob demanda, conforme gostos e disponibilidade dos usuários.

Reality shows e programas de variedades exibem comentários de internautas em tempo real. Programas de TV e comerciais exibem *QR Codes* para a participação

⁹ No caso da Figura 2, o repórter em cena trabalhava anteriormente como animador de festas infantis.

¹⁰ Um exemplo é a partida entre Flamengo e Madureira pelo Campeonato Carioca, transmitida pelo Youtube em 8 de fevereiro de 2020. Não há imagens da partida no vídeo. O usuário assiste à narração do jogo com imagens da cabine de transmissão, com entradas de comentaristas direto de um estúdio (TNT Sports Brasil, 2020). Disponível em: <https://bit.ly/3XpDpxs>. Acesso em 25 mar. 2020.

de usuários em sorteios e promoções. O que não mudou foi a irresistível vocação da televisão para o entretenimento.

Desde o surgimento, nos Estados Unidos, a TV já havia optado pelo caminho da diversão, observam Briggs e Burke (2006, p. 235): “A televisão vai do mesmo jeito que o rádio. Tão rapidamente quanto possível: isto é, na direção do entretenimento, observou o editor do *Courier-Journal* de Louisville em fevereiro de 1956”.

O entretenimento, conforme Luhmann (2005) capta o público em seu momento de descanso, de descontração. E a estética do entretenimento é um dos principais componentes dos programas populares, segundo França (2006). Ao analisar o formato e linguagem desses programas, a autora percorre o caminho das funções da TV: a) função doméstica e cotidiana, relacionada ao lazer e descanso; b) função de justiça (relacionada aos programas do tipo tribunais e de caça aos bandidos); c) função terapêutica (relacionada aos programas de aconselhamento) e d) função psicológica (esta ligada a um exibicionismo/voyeurismo).

Esse exibicionismo indicado por França (2006) em relação aos programas do tipo *reality* se apresenta em estratégias individuais de inserção no mundo digital e vira pauta para os produtores de jornalismo, com análises Sibilía (2008) e Andrade (2019).

E quando informação e entretenimento se misturam? Nascida nos Estados Unidos na década de 1980, a expressão infotainment (tradução de *infoteinment*) vem sendo utilizada para denominar a forma com que os veículos de comunicação passaram a transmitir notícias nas últimas décadas: unindo informação e entretenimento (DEJAVITE, 2014). Para Dejavite (2014, p. 14), uma estrutura que prioriza a diversão à informação. “No jornalismo, as matérias de entretenimento são consideradas um subproduto ou, até mesmo, maneira de desviar a atenção do receptor de assuntos tidos como de maior importância, que são os de política e economia”.

No entanto, como a televisão se esforça para oferecer conteúdos para todos os públicos, surge o jornalismo de infotainment, espaço destinado às matérias que visam informar e entreter, como, por exemplo, os assuntos sobre estilo de vida, as fofocas e as notícias de interesse humano e também o esporte. Esse termo sintetiza, de maneira clara e objetiva, a intenção editorial do papel de entreter no jornalismo, pois, “da mesma forma que o telejornalismo incorporou técnicas e meios com

características de entretenimento para seduzir seu público, também o material voltado para o entretenimento buscou inspiração no material jornalístico” (DEJAVITE, 2014, p.67). Gomes (2009) atribui o advento do infotainment a dois fatores associados entre si: a consolidação do neoliberalismo e a expansão das possibilidades tecnológicas da produção, distribuição e consumo da cultura midiática.

Dá pra mostrar aí o comentário da Neide?

Um dos temas do *RNTV 1ª Edição* do dia 16 de abril de 2018 foi o final de semana chuvoso no RN. Numa região caracterizada pela seca, a chuva, em si, já é fato de interesse social. A novidade é a recorrência a ajuda externa para torná-la notícia, numa estética em que o cidadão incorpora e auxilia a missão de noticiar. Durante nota coberta¹¹ exibida com imagens enviadas por telespectadores, provavelmente como que a justificar a qualidade do vídeo (baixa resolução, vídeo gravado na vertical e imagens fora de foco), o apresentador do *RNTV 1* avisa: “Chuva também em Upanema. O vídeo foi gravado pelo Eder Leandro”. Em um vídeo de 12 segundos, como um locutor de rádio, o telespectador do *RNTV 1* descreve, em *off*: “E neste momento, cai sobre a cidade de Upanema, essa maravilhosa chuva!”.

Apesar da ressalva, a utilização do “pelo Leandro” ao invés de, por exemplo, “pelo telespectador Eder Leandro” revela a intenção de uma intimidade com o usuário, uma característica do veículo TV, conforme analisa Sodré (1977). Dito desta forma, Eder Leandro parece ser o amigo de Upanema pronto a colaborar com o telejornal. Em seguida, na mesma nota, sobre a chuva, o apresentador completa, cobrindo parte do áudio enviado por outro telespectador: “Thiago Crispim enviou esse vídeo do Rio Piranhas, de Jucurutu”. O internauta entra com voz e imagem no telejornal. Como um repórter de TV, ocupa o centro da tela num vídeo de 16 segundos para anunciar: “Olha essa maravilha aqui! O rio Jucurutu, o rio Piranhas de Jucurutu amanheceu hoje barreira a barreira. Olha que coisa linda! Tá vendo, minha gente? Então eu trago essa notícia hoje para Jucurutu, para o Seridó e todo o Rio Grande do Norte [...]”.

¹¹ Nota cuja cabeça (texto inicial da matéria) é lida pelo apresentador e o texto em seguida é coberto com imagens. Pode ser gravada ou ao vivo (PATERNOSTRO, 1999).

Esses dois trechos de imagens e narração enviadas por telespectadores utilizadas no telejornal revelam parte desse fenômeno do “Show do eu” descrito por Sibilía (2008). É o cidadão que faz e divulga os fatos pelos seus próprios canais e também através da mídia tradicional. E a mídia, ao utilizar essas imagens amadoras, transforma o fato em realidade, conforme descreve Traquina (2005) sobre a teoria do espelho no jornalismo. Ao mesmo tempo, segundo Andrade (2019), se exime de responsabilidade sobre o fato (e qualidade do material) ao divulgar o nome do autor das imagens.

Dessa forma, para efeitos deste estudo, imagens amadoras são imagens apócrifas (de câmeras de vigilância) e de telespectadores enviadas por canais de interação com o público. E imagens profissionais são as de estúdio e as externas captadas por cinegrafistas e/ou repórteres da emissora (em forma de videoreportagem ou isoladamente). Embora não seja objeto principal deste estudo, a videoreportagem tem sido uma das marcas das mudanças estéticas do telejornal e dos processos de produção de notícias da emissora.

Kneipp (2018, p. 38) aborda a videoreportagem como uma alternativa transmidiática de narrativa visual apresentada pelo telejornalismo local em uma série de reportagens exibidas na televisão e na internet em 2015. “Durante cinco dias, uma equipe composta por três repórteres, sendo dois do portal de notícias G1 e um da emissora de TV, percorreram 1,4 mil quilômetros e passaram por 20 cidades afetadas pela estiagem, do interior do RN”. Neste caso um repórter de TV acompanhou a equipe do G1, que produziu material para o portal de notícias, com uma câmera na mão registrando e elaborando seu próprio material, com uma câmera compacta.

Inseriu-se, ainda, na análise, o tempo dedicado a comentários do telespectador enviados pela internet, algo observado apenas na edição de 27 de janeiro de 2020. As principais diferenças nas edições são o tempo total do telejornal (excluídos os intervalos comerciais): 42 minutos 34 segundos na edição de 16 de abril de 2018 e 1 hora 14 minutos e 07 segundos na edição de 27 de janeiro de 2020; além disso, o espaço destinado a comentários dos telespectadores sobre os fatos noticiados, ausentes na primeira edição. Nas duas edições predomina o tema da violência urbana (quadro 1).

Quadro 1. Estrutura do RNTV1 exibido em 16 de abril de 2018

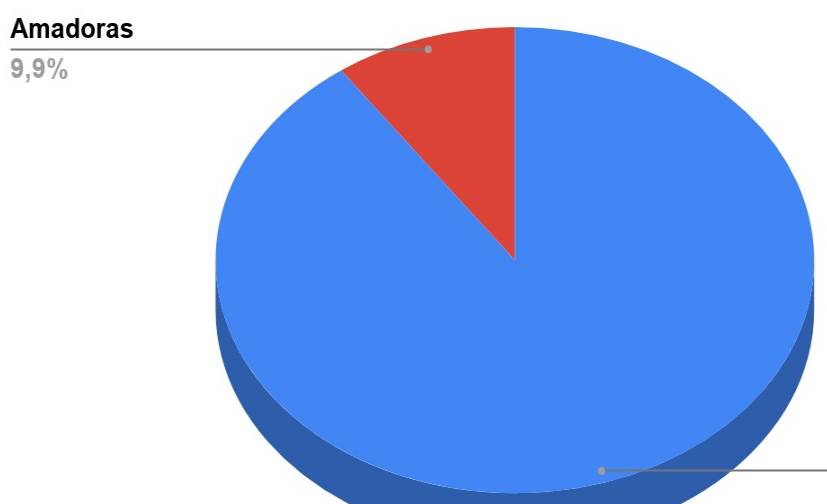
Editoria	Tema	Nº de matérias	Duração
Cidades	Acidentes	2	3 min 27 seg
Cidades	Violência urbana ¹²	3	11 min 03 seg
Cidades	Clima	1	3 min 47 seg
Cidades	Estrutura urbana	1	3 min 32 seg
Política	Administração	1	18 min 02 seg
TOTAL	5	7	42 min 34 seg

Fonte: elaborado pelos autores com base nos telejornais analisados (2020).

Com essa estrutura, tomando por base a origem das imagens utilizadas no telejornal, chega-se ao seguinte percentual, conforme o gráfico 1.

73

Gráfico 1. Demonstrativo de autoria das imagens utilizadas no RNTV1, edição de 16 abril de 2018



Fonte: elaborado pelos autores com base nos telejornais analisados (2020)

¹² Uma das matérias sobre assassinato foi desdobrada em duas, incluindo um link ao vivo tendo como pauta o velório da vítima.

Na segunda edição analisada, exibida em 27 de janeiro de 2020, percebe-se a decisão editorial de introduzir espaços para a participação do telespectador, seja através de uma pauta diferenciada, caracterizada por uma espécie de jornalismo-show em que o repórter assume uma postura de animador de programa popular diante do fato, seja por meio da interação com o telespectador, ao vivo, através das redes sociais disponibilizadas especialmente para comentários do internauta/telespectador.

De acordo com Jenkins (2009), o conceito de cultura participativa mostra a ideia de mudança de comportamento do consumidor contemporâneo, que deixa de lado o papel passivo assumido diante dos meios analógicos para interagir de forma ativa no conteúdo dos produtos da era digital.

Nesse sentido, a emissora opta pelo caminho do infotainment no tratamento dos problemas comunitários. Mais longo, o telejornal prioriza a participação ao vivo dos repórteres, ainda que para apenas relatar um fato já ocorrido, seja com apoio de imagens amadoras, ou em link transmitido pela internet.

Com 1 hora 14 min e 07 segundos de duração (excluídos os intervalos comerciais), o informativo exibiu 18 matérias, distribuídas da seguinte maneira: 11 relacionadas a assaltos, assassinatos ou acidentes (o que corresponde a 40% do noticioso); uma sobre carnaval (com uma chamada durante o informativo), uma sobre abandono de animais, uma de prestação de serviço (notícia sobre concurso público), uma sobre urbanismo (uma rua em que os moradores realizaram a limpeza e ornamentação) e uma editoria dividida em dois espaços dedicados a comentários de telespectadores (quase 10% do telejornal), conforme o quadro 2.

Quadro 2. Estrutura do RNTV1 exibido em 27 de janeiro de 2020

Editoria	Tema	Nº de matérias	Duração
Cidades	Acidentes	1	48 seg
Cidades	Violência	10	30 min 10 seg
Cidades	Carnaval ¹³	1	3 min 02 seg
Cidades	Abandono de animais	1	6 min 20 seg
Cidades	Urbanismo	1	3 min 30 seg
Serviço	Concurso público	1	5 min 18 seg
Cidades	Lançamento novela	1	1 min 12 seg
Telespectador	Comentários	2	6 min 37 seg
TOTAL	8	18	1 h 14 min 07 seg¹⁴

Fonte: elaborado pelos autores com base na amostra analisada (2020).

75

A abertura do telejornal é realizada tendo como fundo uma imagem apócrifa: o trânsito numa das principais avenidas de Natal, a partir de câmera de vigilância do poder público. A longo do *RNTV 1*, os fatos são noticiados com o apoio de vídeos de telespectadores ou de imagens de câmeras de segurança. Nesta edição, mais longa, cerca de $\frac{1}{4}$ do telejornal é composto por imagens amadoras, conforme o gráfico 2.

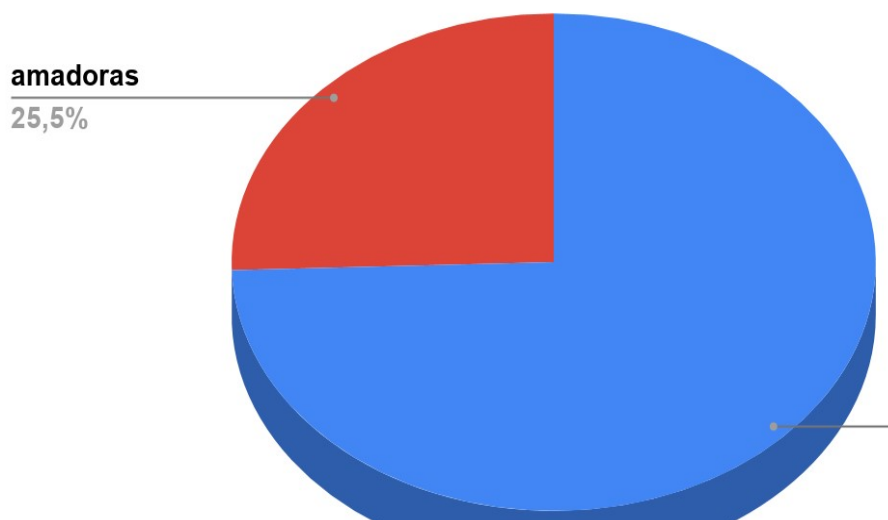
Aos 32 min, o telejornal abriu espaço para comentários dos internautas-telespectadores sobre uma das matérias exibidas: um caso de abandono de cães. Numa cartela simulando um visual de plataforma do aplicativo *WhatsApp*, foram exibidos (e lidos por outro apresentador no estúdio) cinco comentários, três identificados com nome e foto e dois apenas com a foto do usuário.

Os comentários são exibidos, inclusive, com os erros originais de grafia. “Muito triste em vê (sic) maus tratos com animais. Deveria ter uma lei mais rigorosa” (telespectador não identificado, *RNTV 1*, 2020). Ao final do telejornal, com a mesma proposta visual, novo espaço de participação, este com quatro comentários, um com nome e foto e três apenas com a foto do usuário.

¹³ Inclui uma chamada para a matéria durante o programa.

¹⁴ Tempo total inclui a abertura do telejornal.

Gráfico 2. Demonstrativo de autoria das imagens na edição de 27 de janeiro de 2020



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos programas analisados (2020)

Aqui, reproduz-se, de forma rudimentar, uma linguagem de revista eletrônica (o programa *Fantástico*, da emissora cabeça de rede, recorre frequentemente a esse expediente), num simulacro de programa de auditório onde a plateia se solidariza, protesta ou toma partido diante do fato divulgado. Como nas redes sociais, como na mesa do jantar. “A astúcia semiótica do vídeo consiste em adaptar o mundo à ótica familiar”, analisa Sodré (1975).

Talvez por isso a participação do telespectador seja valorizada. “Tem como mostrar aí o comentário da Neide?”, questiona o apresentador diante da demora da técnica em apresentar o comentário na tela.

Considerações

No comparativo entre as duas edições analisadas, no período de menos de dois anos o telejornal passa por mudanças estruturais significativas, a começar pela duração total do noticioso, de 45 minutos para 1 hora 15 minutos (registrando um

aumento de 30 minutos e cerca de 65%), além da inserção de quadro específico para incentivar a participação direta do telespectador. Se na primeira edição analisada dois âncoras dividiam a apresentação das notícias, agora um segundo apresentador é destacado para essa tarefa de interatividade.

No mundo real descrito por Jost (2004), e como forma de valorizar o espetáculo televisivo (DEBORD, 2003) num mundo de intensa midiaticização (HJARVARD, 2012, 2014), o programa mistura características de tribunal e defensor do povo apontadas por Araújo (2006), acrescido da participação do telespectador em forma do eu-repórter, do eu-opinativo: dentro do “Show do eu” a que se refere Sibilia (2008). Proporcionalmente, há um aumento substancial na utilização de imagens amadoras do primeiro para o segundo exemplar analisado (de 9,9% para 25,5%) e de pautas relacionadas à violência urbana (de 26% para 40%) no telejornal.

Ao inserir os novos comportamentos descritos por Sibilia (2008) como pauta jornalística, a emissora compensa, a seu modo, a pouca interatividade do veículo TV com estratégias transmidiáticas - ainda rudimentares em comparação a outros estilos de programa de entretenimento - de inserção do telespectador no noticiário, na realidade (conforme Traquina, 2005) local.

Inserindo - e incentivando o envio de - imagens amadoras e abrindo espaço para a opinião do telespectador (mesmo que por vezes mediada antes de ser exibida), a emissora volta-se ao cidadão que reclama por espaço e transforma sua opinião, sua intimidade e sua rotina em fato jornalístico. O tempero é o entretenimento, a festa, a pauta do cotidiano comunitário resolvida com humor e descontração.

Para Luhmann (2005, p. 109), o entretenimento contribui para “a produção geral da realidade. O entretenimento possibilita uma autoinserção no mundo representado”. Inserir – incentivar, organizar e pautar – a festa da praça (SODRÉ; PAIVA, 2002) comunitária no telejornal aproxima o cotidiano do cidadão às rotinas jornalísticas. Valoriza o local.

Para inserir a festa comunitária no telejornal, a emissora aposta numa estética jornalística que aproxima o repórter da figura do animador. Sinaliza para uma estratégia de identificação e projeção (MICELLI, 1972; SODRÉ, 1975). Jornalistas sensibilizam-se e solidarizam-se com moradores sobre problemas urbanos, inserem-se literalmente na pauta recreativa, numa espécie de reprodução do ritual da festa na

praça e do cotidiano do bairro descritos por Sodré e Paiva (2002); e incentivam a participação do usuário pela internet, de acordo com a proposta de cultura participativa de Jenkins (2009).

Ao mesmo tempo, ao indicar a autoria das imagens amadoras, a emissora parece se eximir da responsabilidade sobre a qualidade técnica, estética ou discursiva do material divulgado, embora seja razoável admitir que elas passem por um crivo, uma espécie de *gatekeeper* do “Show do Eu”. Nessa configuração estética do telejornal, a emissora se aproveita desse *modus operandi* de autoinserção do indivíduo no mundo digital para operacionalizar suas próprias estratégias de jornalismo participativo. Simula uma estética próxima da internet utilizando como referência seu ator principal: o usuário, chamado a colaborar (nos comentários ao vivo) e participar (através da pauta recreativa, inclusive) da rotina jornalística.

Com a inserção ao vivo dos comentários do usuário de internet/telespectador, o telejornal parece apontar para outras estratégias, um simulacro de ambiente de auditório online em que, em tese, todos podem participar. Assim, mais conectado ao telespectador, tendo como pauta principal a tragédia urbana, o *RNTV 1* se aproxima da linguagem popularesca de seu principal concorrente, o *Patrulha da Cidade*, sem recorrer ao discurso policialesco do informativo da TV Ponta Negra.

Com o *slogan* “Informações policiais, notícias leves e a sua participação”, o *RNTV 1* opta pelo jornalismo de infotainment, mas não abandona a pauta da violência urbana. Flerta com o estilo revista eletrônica, mas exibe mesmo é uma estrela de xerife, um crachá de defensor do povo.

Referências

AIRES, J. S. F. **Programas sensacionalistas e relações de poder: a construção do perfil político de um “defensor do povo”**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

ANDRADE, A.P.G. **Telejornalismo apócrifo - A construção da notícia com imagens amadoras e de vigilância**. Florianópolis: Insular, 2018.

ARAÚJO, C. A. A. **Dramas do cotidiano na programação popular da TV brasileira**. In: FRANÇA, V. (Org.). *Narrativas Televisivas: programas populares na TV*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 47-68.

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento** - o contexto de François Rabelais. Brasília: Hucitec Editora UNB, 1987.

BASTOS, N. M. G. **Introdução à metodologia do trabalho acadêmico**. 5 ed. Fortaleza: Editora Nacional, 2008.

BEZERRA, C. D.V. **A primeira emissora comercial do Rio Grande do Norte**: uma história da TV Ponta Negra. In: KNEIPP, V. A. P. (org.). *Trajatória da televisão no Rio Grande do Norte - A fase analógica*. Natal: Edufrn, 2017. *E-Book*.

BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma História Social da Mídia** – Informação, educação, entretenimento. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. Contexto: São Paulo, 2010.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Trad.: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

DEJAVITE, F. **Infotainment**: informação + entretenimento no jornalismo. Porto Alegre: Editora Paulinas, 2014.

EPSTEIN, I. **Ciência, poder e comunicação**. In: BARROS, A.; DUARTE, J. (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FLAMENGO x MADUREIRA (narração AO VIVO) - Campeonato Carioca. TNT Sports Brasil, Youtube, 8 fev. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3XpDpxs>. Acesso em 25 de março de 2020.

FRANÇA, V. **A TV, a janela e a rua**. In: França V. (Org.). *Narrativas Televisivas: programas populares na TV*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 14-45.

GARCÍA-CANCLINI, N. **Leitores, Espectadores e Internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

GOMES, I. M.M. **O Infotainment e a Cultura Televisiva**. In: FREIRE FILHO, J. (Org.). *A TV em transição: tendências de programação no Brasil e no mundo*. Porto Alegre: Sulina, 2009, v. 1, p. 195-221.

HJARVARD, S. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 53-92, jan./jun. 2012.

HJARVARD, S. Mídiação: conceituando a mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 21-44, jan./jun. 2014.

ÍTEGRA do RNTV 1 de 16 de abril de 2018. Renato Moraes UFRN, Youtube, 13 mar. 2020. Disponível em <https://bit.ly/3jKtswQ>. Acesso em 25 de março de 2020.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação. Trad. Susana Alexandria. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JOST, F. **Seis lições sobre televisão**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

KNEIPP, V. A. P. Vídeoreportagem transmídia/crossmedia: uma estratégia para o RNTV. **Comunicação & Informação**. Goiânia, GO, v. 21, n. 1, p. 37-50, jan./mai. 2018.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **A Estetização do Mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3XpENjE>. Acesso em 12 de fev. 2020.

LUHMANN, N. **A realidade dos meios de comunicação**. Trad. Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX**: neurose. Trad. Maura Ribeiro Sardinha. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

PATERNOSTRO, V. I. **O texto na TV**: Manual de Telejornalismo. São Paulo: Campus, 1999.

PENAFRIA, M. Análise de Filmes: conceitos e metodologia (s). *In*: Congresso SOPCOM, 6., abr. 2009, Lisboa. **Anais eletrônicos**... Lisboa: Universidade Lusófona de Lisboa, Portugal, 2009, p. 1-10. Disponível em: <https://bit.ly/3JXI6vn>. Acesso em: 29 fev. 2020.

REDE GLOBO. INTERTV RN. Programação. Disponível em: <http://glo.bo/3jQUt1J>. Acesso em 25. fev. 2020.

RNTV 1ª Edição - 27 de janeiro 2020. Renato Moraes UFRN, Youtube, 13 mar. 2020. Disponível em <https://bit.ly/3Ynd0lf>. Acesso em 25 de março de 2020.

RNTV 1ª Edição - 5 de agosto de 2019. Renato Moraes UFRN, Youtube, 13 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3jFMKDO>. Acesso em 25 de março de 2020.

SENA, T. F. F.; MADRUGA, B. P.; MEIRINHO, D.; VELOSO, M. do S. A Mídia e o Medo: O Jornalismo Sensacionalista do Patrulha da Cidade. *In*: ENCONTRO NORDESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5., 2018, Recife. **Anais eletrônicos**... Recife: UNICAP, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3DYdHJP>. Acesso em 27 jan. 2020.

SIBILIA, P. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SODRÉ, M. **A comunicação do grotesco**: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

SODRÉ, M. **O monopólio da fala**. Função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1977.

SODRÉ, M.; PAIVA, R. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VASCONCELOS, A. P. A. **O transbordamento da mídia televisiva**: uma análise do uso do VC no RNTV no telejornalismo. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia. Natal (RN), 2016.

Submissão: 14 de fev. 2022

Aceite: 7 de mar. 2023.